

AVISO AO USUÁRIO

A digitalização e submissão deste trabalho monográfico ao *DUCERE: Repositório Institucional da Universidade Federal de Uberlândia* foi realizada no âmbito do Projeto *Historiografia e pesquisa discente: as monografias dos graduandos em História da UFU*, referente ao EDITAL Nº 001/2016 PROGRAD/DIREN/UFU (<https://monografiashistoriaufu.wordpress.com>).

O projeto visa à digitalização, catalogação e disponibilização online das monografias dos discentes do Curso de História da UFU que fazem parte do acervo do Centro de Documentação e Pesquisa em História do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia (CDHIS/INHIS/UFU).

O conteúdo das obras é de responsabilidade exclusiva dos seus autores, a quem pertencem os direitos autorais. Reserva-se ao autor (ou detentor dos direitos), a prerrogativa de solicitar, a qualquer tempo, a retirada de seu trabalho monográfico do *DUCERE: Repositório Institucional da Universidade Federal de Uberlândia*. Para tanto, o autor deverá entrar em contato com o responsável pelo repositório através do e-mail recursoscontinuos@dirbi.ufu.br.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
MARINA RODRIGUES SANT'ANNA

**INTERVENÇÃO DO ESTADO NA ECONOMIA:
DIVERGÊNCIAS ENTRE ADAM SMITH E GEORG
FRIEDRICH LIST**

UBERLÂNDIA

2008 UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

Centro de Documentação e Pesquisa em
História - CDHIS

Campus Stº Mônica - Bloco 1Q (Antigo Mineirão)
Av. Universitária S/Nº

Fone 38400-902 Uberlândia - M. G. Brasil

3630
S. A. C.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
MARINA RODRIGUES SANT'ANNA

**INTERVENÇÃO DO ESTADO NA ECONOMIA:
DIVERGÊNCIAS ENTRE ADAM SMITH E GEORG
FRIEDRICH LIST**

Trabalho de conclusão de curso apresentado à
Faculdade de História da Universidade Federal de
Uberlândia como Requisito parcial à obtenção do título
de Bacharel em História.

Orientadora: Prof. Dr. Dilma Andrade de Paula.

UBERLÂNDIA

2008

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

Centro de Documentação e Pesquisa em
História - CDPH

Campus São João del-Rei - 10 (Antigo Mineirão)
Av. Universitária S/Nº

Fone: 34410.902 - Uberlândia - MG - Brasil

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
MARINA RODRIGUES SANT'ANNA

**INTERVENÇÃO DO ESTADO NA ECONOMIA:
DIVERGÊNCIAS ENTRE ADAM SMITH E GEORG
FRIEDRICH LIST**

Trabalho de conclusão de curso apresentado à
Faculdade de História da Universidade Federal de
Uberlândia como Requisito parcial à obtenção do título
de Bacharel em História.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Dilma Andrade de Paula- UFU

Prof. Dr. Regina Ilka Vieira Vasconcelos- UFU

Prof. Dr. Wenceslau Gonçalves Neto- UFU

UBERLÂNDIA
2008

AGRADECIMENTOS

À Universidade Federal de Uberlândia e ao Departamento de História pela oportunidade de realizar esse Curso.

À professora Dilma pela orientação que me conduziu ao aprofundamento e aprimoramento do trabalho.

Resumo

Este trabalho trata das divergências entre o economista escocês Adam Smith e o economista alemão Georg Friedrich List sobre a intervenção do Estado na Economia. Os principais pontos de divergências estão relacionados ao protecionismo industrial e ao investimento estatal na criação de indústrias nacionais. Ao se tratar sobre a história do Pensamento Econômico se está a tratando História econômica pois o pensamento de cada economista está relacionado ao fatos históricos do país e época que viveu. Adam Smith presenciou o período de nascimento das manufaturas e por isso vai além de seus antecessores, os Fisiocratas, ao perceber que o trabalho é o principal gerador de riqueza da nação. O aumento da produtividade do trabalho leva ao aumento dos lucros, dos investimentos na ampliação da produção, na geração de empregos e no aumento dos salários e do consumo. Mas Friedrich List considera que além do trabalho como gerador de riqueza, a nação precisa investir em Forças de produção, ou seja a criação de tecnologias e indústrias nacionais pois só após as indústrias serem criadas é que se é possível colocar a divisão do trabalho como geradora de riqueza. Para Adam Smith as indústrias surgem apenas com a iniciativa privada mas para List esse fenômeno que aconteceu na industrialização inglesa não se repetiria em outras nações como a Alemanha pois a burguesia alemã não tinha capital para iniciar a industrialização do país sozinha. Os fatos Históricos da industrialização alemã mostram que as teorias de List sobre intervenção do Estado na Economia estavam certas e que receitas de Smith serviam apenas para a Inglaterra. As fontes são os livros com as idéias de cada economista, A Riqueza das Nações de Adam Smith, e Sistema Nacional de Economia Política de Georg Friedrich List

Palavras-chave: protecionismo, livre comércio, liberalismo, intervenção estatal, iniciativa privada e forças de produção.

Sumário

Apresentação	06
Capítulo 1	09
Capítulo 2	22
Conclusão	51
Fontes	54
Bibliografia	54

APRESENTAÇÃO

Pode-se considerar o expansionismo mercantilista como a primeira fase da globalização mundial. Nos séculos XVI e XVII, as monarquias absolutistas mobilizavam recursos econômicos e militares para expandirem seus impérios coloniais, e isso gerava rivalidade entre elas. A doutrina econômica dessa fase era o mercantilismo, que recorria a medidas protecionistas e concessão de monopólios para produção, por parte das monarquias européias. A produção e a distribuição de comércio internacional eram realizadas por mercadores e companhias comerciais. As colônias eram obrigadas a vender e comprar apenas da metrópole.

Este trabalho irá tratar das divergências entre as teorias que acreditam na não intervenção do Estado na Economia, e das teorias que acreditam na necessidade de intervenção do Estado na Economia. No capítulo I serão tratadas divergências em relação ao protecionismo, e no capítulo II em relação ao investimento estatal em forças de produção.

A Inglaterra como potência hegemônica industrial defendia o livre comércio, após o fim das guerras napoleônicas, porque dessa forma ela poderia exportar seus manufaturados para o mundo inteiro e importar os produtos agrícolas e matérias-primas do mundo inteiro. A Inglaterra teria produtos agrícolas e matérias-primas em grande quantidade e baratos e teria o resto do mundo como mercado consumidor para suas manufaturas. Dentre os defensores do livre comércio, o principal era Adam Smith.

Mas nesse processo de livre comércio algumas nações começam a se industrializar, quebrando a hegemonia inglesa. Algumas nações européias e os Estados Unidos, ao exportar produtos agrícolas para a Inglaterra e ao importar os produtos industriais ingleses, começam a criar condições internas para o início de suas próprias industrializações. Para tanto, foram importadas máquinas, capitais e técnicas inglesas, as quais foram incorporadas pelos operários desses países, já que nessa época as técnicas industriais eram mais simples que as atuais. Em alguns casos, todavia, a iniciativa particular não foi suficiente para dar início à industrialização desses países.

A burguesia dos novos países industrializados poderia criar indústrias de bens de consumo simples, mas para a criação das indústrias de base pesadas foi necessário o investimento estatal. O governo desses países investiu diretamente na criação dessas empresas ou concedeu crédito para que grupos particulares investissem criando Bancos de Investimento.

A Alemanha foi um desses países, por isso o economista alemão Georg Friedrich List defendia a intervenção do Estado na Economia Nacional através de medidas protecionistas e do estímulo à industrialização, para que a Alemanha alcançasse o desenvolvimento industrial inglês.

A 2ª Revolução Industrial aconteceu nos Estados Unidos e Alemanha principalmente, e iniciou-se nessa fase a concentração do capital industrial com trustes e monopólios. Essas empresas tinham lucros cada vez maiores que precisavam de novos mercados em que pudessem investir, pois as nações industrializadas abandonaram o livre comércio e adotaram o protecionismo. Alemanha e Estados Unidos ultrapassaram o desenvolvimento industrial inglês e se tornaram não mais mercados importadores para a Inglaterra, mas concorrentes dela. Desse modo, restava a esses países o mundo subdesenvolvido para exportarem seus produtos industrializados, pois eles não aceitavam importar produtos industriais de seus rivais desenvolvidos.

Podemos traçar relações entre os fatos históricos posteriores à industrialização inglesa, como a industrialização americana e alemã. Trata-se do surgimento dos Estados Unidos e da Alemanha como industrializações e tecnologias que ultrapassam o desenvolvimento inglês.

Esses fatos são posteriores à morte de Friedrich List, mas confirmam muitas das teorias que ele elaborou, sobre o desenvolvimento industrial promovido pelo Estado, e contrariam as teses de Adam Smith sobre livre comércio e não intervenção do Estado na economia. As teorias de Adam Smith eram consideradas válidas para qualquer nação, em qualquer época. Mas List mudou tal perspectiva, ao provar que as teorias de Smith eram válidas somente para a Inglaterra no período da Revolução Industrial Inglesa.

Para mostrar isso é preciso examinar a época em que Smith viveu e a Revolução Industrial Inglesa, que foi feita pela burguesia que reinvestiu os próprios lucros no crescimento da produção têxtil e na construção de ferrovias sem investimento do governo.

Smith havia postulado que “Qualquer nação agrícola poderia se industrializar sem investimento do governo, usando apenas capital particular”. List, no entanto, acreditava que não era qualquer nação agrícola que poderia se industrializar sem investimento do governo. Na Alemanha, por exemplo, a burguesia tinha pouco capital e não podia construir ferrovias, dessa forma as ferrovias e indústrias pesadas foram construídas pelo governo.

Para mostrar que Adam Smith estava errado, é preciso exemplificar com fatos da industrialização alemã e americana que mostram que não é “qualquer nação agrícola” que pode se industrializar sem investimento do governo e que, ao contrário do que Smith

afirmava, as idéias dele não se aplicam a qualquer nação em qualquer época; as idéias possíveis de serem aplicadas na Alemanha eram as idéias de List.

CAPÍTULO I – DIVERGÊNCIAS ENTRE ADAM SMITH E FRIEDRICH LIST SOBRE LIVRE COMÉRCIO

Introdução

Adam Smith nasceu na Escócia onde viveu quase toda sua vida. Coursou as faculdades de Glasgow e Oxford e foi professor em Glasgow de 1751 a 1764. Em 1759 publicou a obra *Teoria do sentimento Moral, um Tratado de filosofia social e moral*. Passou dois anos na França, de 1764 a 1766, onde entrou em contato com os intelectuais franceses, os fisiocratas. Em 1776 publicou *A Riqueza das Nações* (HUNT, 1981: 60).

Em meados do século XVIII, houve, em muitas cidades comerciais e industriais, um aumento de produção na forma de manufaturas. A manufatura era o local de produção, onde o capitalista tinha o prédio, os equipamentos de produção e as matérias-primas, e contratava operários assalariados para fazer o trabalho. Podia se diferenciar da fábrica pelo fato de os operários empregarem as antigas técnicas artesanais de produção e não as técnicas mecanizadas da linha de montagem. Nas manufaturas o fabricante capitalista estava distinto do mercador e do trabalhador assalariado. Smith ficou impressionado com o grau de divisão do trabalho nas manufaturas e com os resultantes aumentos de produtividade do trabalho. Smith foi o primeiro a fazer a distinção entre os lucros que se destinaram ao capital industrial e os lucros do capital comercial. E foi o primeiro a avaliar o fato de que as três principais categorias de renda – lucro, aluguéis e salários – correspondiam às três classes sociais: capitalistas, proprietários de terra e operários.

Para Smith, embora os indivíduos pudessem agir de forma egoísta em proveito próprio, havia nas leis da natureza a “mão invisível” que guiava esses atos que aparentemente provocam conflitos, mas que no fundo estariam contribuindo para o progresso. A mão invisível leva as pessoas no sentido de promover o bem social sem que essa promoção seja parte de seu objetivo.

O crescimento das cidades transformou a agricultura rural. Os senhores feudais mandaram embora os colonos desnecessários e aperfeiçoaram os métodos de cultivo para ter mais lucros. Para Smith, motivos puramente egoístas levaram os proprietários de terras a abolir a servidão. Para Smith, essas leis naturais, essa sabedoria divina, levam os homens a realizar ações que culminam no progresso geral.

O crescimento das cidades, das manufaturas e do comércio deu origem à sociedade capitalista que para Smith era a sociedade mais avançada. E o capitalismo atingiria a máxima evolução quando chegasse ao *laissez-faire*, permitindo que a livre concorrência regulasse a economia. Smith argumentava que o capital era mais produtivo em alguns empregos do que em outros. Na ordem natural de desenvolvimento, a agricultura aparecia em primeiro lugar. Se o mercado fosse livre e não houvesse qualquer intervenção governamental, a maioria dos homens optaria por empregar seu capital na melhoria e no cultivo da terra e depois na indústria e no comércio exterior. Se os governos nada fizessem para estimular o investimento de capital, a busca egoísta de lucro levaria ao desenvolvimento econômico.

Se cada indivíduo tenta usar seus lucros da melhor forma para ampliar a produção e investir em atividades lucrativas, as intervenções, regulamentações, concessões de monopólios e subsídios do governo, para Smith, tendem a alocar mal o capital e diminuir sua contribuição para o bem-estar econômico. Os atos do governo tenderiam a restringir os mercados, reduzindo a taxa de acumulação do capital e diminuindo o nível de produção e divisão do trabalho. O mercado livre dirigiria os investimentos para a produção de artigos mais úteis, necessários e lucrativos, pois são os que têm demanda no mercado.

Então, para Smith, a função do governo é cuidar da Justiça, realizar obras de infraestrutura, proteger a propriedade e criar instituições públicas.

Georg Friedrich List nasceu em Wurttemberg em 6 de agosto de 1789, numa Alemanha semi-feudal composta por um enorme conjunto de principados e estados livres. Pôde crescer e formar-se ao mesmo tempo em que o capitalismo se consolidava, a Inglaterra fortalecia sua posição de nação mais desenvolvida e os Estados Unidos se afirmavam como nação moderna. List ingressou na burocracia governante de Wurttemberg iniciando sua carreira como funcionário, consultor, teórico, jornalista.

List declarou ter descoberto que todas suas idéias orientadas para a nação alemã poderiam ser transformadas num sistema coerente, válido para qualquer nação, e que ele teria criado uma teoria básica para o desenvolvimento de nações economicamente atrasadas. O livro *Sistema Nacional de Economia Política, Comércio Internacional, Política Comercial e União Aduaneira Germânica* foi escrito em Paris durante 3 anos dedicados às pesquisas.

List afirma que a característica básica deste sistema é a nacionalidade, o conceito de nação como unidade econômica. Os mercantilistas, de acordo com sua tese da balança comercial, pensavam em termos de nação. Os clássicos fizeram um avanço inspirados no racionalismo do iluminismo e encontraram um sistema de explicação do funcionamento da

economia com base na liberdade absoluta. Mas, para List, essa liberdade de comércio só interessa às nações desenvolvidas industrialmente. List explica que as nações Estados Unidos, França, Alemanha e Portugal foram prejudicadas pelo livre comércio com a Inglaterra.

Mas List vai além dos mercantilistas que achavam que o ouro é a fonte de riqueza da nação, List propõe o desenvolvimento de uma indústria e de um sistema de transportes nacionais. Para ele, as nações podem e devem modificar seus sistemas de acordo com o estágio de seu progresso, e isso requer uma intervenção do governo para proteger as indústrias nascentes contra a concorrência de indústrias estrangeiras. As teorias de List se confirmaram, a Alemanha foi unificada o Estado alemão se consolidou como nação economicamente desenvolvida usando as medidas propostas por List desde 1819, quando recomendou a criação da União Alemã de Comércio e Indústria.

Transição da Indústria Doméstica para a Manufatura

Maurice Dobb, ao analisar o período mercantilista no livro *A Evolução do Capitalismo*, afirma que

Uma parte dos próprios produtores acumulou capital e passou a comercializar, começando a organizar a produção em bases capitalistas livres das restrições das guildas. Uma parte da classe mercantil começou a tomar posse diretamente da produção e assim servia como modo de transição (DOBB, 1983: 89).

Com o aumento da quantidade do comércio, a concorrência faz baixar os lucros do comércio mercantil. Os aumentos de lucro com o controle da produção e a redução dos custos de produção estimularam os mercadores a controlar a atividade dos artesãos.

Adam Smith, ao analisar a transição que presenciou, do período mercantilista ao capitalista, era contra a guilda porque ela compra barato dos produtores nacionais e vende caro aos mercadores estrangeiros. Dessa forma, os produtores nacionais recebem baixos salários e isso desestimula o consumo, as vendas, os lucros e a geração de empregos (SMITH, 1985: 114-115).

No início as guildas inglesas eram formadas por artesãos, que depois foram subordinados por comerciantes. Os artesãos têm que vender o que produzem para determinados mercadores, os quais lhes fornecem a matéria-prima. As guildas, antes dominadas por artesãos, passam a ser dominadas por mercadores. Os mercadores ricos

compram a entrada nas guildas ou formam guildas. Os mercadores membros da guilda eram prefeitos e regulamentavam que o artesão não precisava se especializar muito tempo no aprendizado para trabalhar, para aumentar o número de artesãos e baratear o preço da mão-de-obra contratada pelos mercadores. Antes os artesãos regulamentavam a entrada no aprendizado da guilda para diminuir a quantidade de artesãos que produzem e para não fazer cair o preço do que é produzido.

Smith também era contra as associações de artesãos que, ao impedir a entrada de novos aprendizes, diminuem a oferta de mão-de-obra. E é contra o monopólio mercantil que compra barato a mão-de-obra desses artesãos, pois eles recebem salários baixos e consomem menos. Sendo assim, Smith é a favor da livre oferta de mão-de-obra e mercadorias.

A oligarquia mercantil deixa de investir na indústria doméstica rural e vai investir no comércio mercantil. Porque os artesãos ricos passaram a empregar os artesãos pobres e formar novas corporações de artesãos ricos que subordinavam os artesãos pobres. Os artesãos empregadores conseguiram participação no governo da companhia porque se preocupavam com as condições de produção, enquanto os mercadores se voltavam para o comércio externo.

Os empregadores artesãos queriam que se multiplicasse o número dos artesãos fornecedores de mão-de-obra para que os salários deles caíssem. Os artesãos pobres queriam vender seus produtos diretamente aos mercadores e não vender por intermédio das guildas de artesãos empregadores. E os mercadores queriam comprar os produtos direto dos artesãos pobres. As guildas de artesãos empregadores existiam para boicotar os trabalhadores que possuísem máquina própria. Eles não poderiam fabricar e vender os próprios produtos, tinham que vender para a guilda e alugar a máquina.

A transição da indústria doméstica para a manufatura e da manufatura para a produção fabril foi mediada por sistemas misturados. Estágios sucessivos da produção, como fiação, tecelagem e tinturaria, estão mais organizados como unidade, e resultam não só na extensão da divisão do trabalho entre estágios sucessivos da produção entre trabalhadores empenhados numa variedade de elementos a reunir num produto acabado. Tais condições possibilitam também economizar tempo na passagem do material de um estágio para outro e de conseguir um processamento mais integrado.

Às vezes essa consideração funcionava em favor da manufatura e não da distribuição do trabalho domiciliar e parece ter sido a principal vantagem desse sistema nesse período. A única diferença entre a produção fabril e a indústria doméstica é que a fabril instalou teares lado a lado num mesmo edifício e não espalhados pela casa dos trabalhadores. Na indústria doméstica havia pouca oportunidade para a subdivisão do trabalho dentro da própria oficina

ou para o trabalho de equipe coordenado como resultado da concentração. Se o trabalho fosse dado aos artesãos em suas casas o capitalista poupava custos.

A indústria doméstica difere do artesanato da guilda do qual teve origem, pois se subordinava ao controle do capital. E o artesão perdeu a independência econômica, pois antes as guildas eram de artesãos independentes, depois de artesãos empregadores. A posição do artesão começa a se aproximar à do simples assalariado e o sistema começa a se aproximar da manufatura mesmo que se assemelhe à guilda quanto aos instrumentos e às técnicas de produção. A indústria doméstica foi convertida num departamento externo da manufatura, com a produção numa única oficina, permitindo uma supervisão mais rigorosa do trabalho, mais do que era possível no sistema doméstico. O mercador fabricante capitalista tinha interesse cada vez maior pela promoção de melhoria nos métodos de produção, melhorias que a falta de capital do artesão e a força dos costumes da guilda haviam impedido de se obter. Houve ainda a divisão do trabalho em grupos de operários na parte do processo de produção que lhes cabia, gerando diferenciação dos instrumentos de trabalho. Para fazer o que era feito por cada operário, havia as máquinas que consistiam em uma combinação de instrumentos simples.

O capital fixo desempenhava o papel de pouca importância, o domínio do mercador fabricante na indústria foi o custo e a dificuldade para os artesãos adquirirem suas matérias-primas. A matéria-prima precisava ser comprada de mercadores que a traziam de longe e não no próprio local. Isso não colocava necessariamente o artesão na dependência do mercador de quem adquiriu seus suprimentos, enquanto seus próprios meios fossem adequados e sua necessidade de crédito não o colocasse em dívida com o fornecedor do material.

Para Dobb o que exerceu influência importante na determinação do grau em que o produtor doméstico se tornou dependente foi a posse da terra que consistia na base de tal independência que o artesão doméstico pôde manter no primeiro período de produção capitalista. (DOBB, 1983: 107-108)

Se fosse um agricultor yeoman empenhado na tecelagem como segunda atividade, poderia sustentar a família e dispor de matérias-primas por tempo considerável e, sendo independente do crédito e dos favores de um comprador, poderia escolher o comprador e o tempo de venda, sendo possível esperar para conseguir um preço melhor. Ele podia viajar em busca de mercados em vez de aceitar a primeira oferta que aparecesse. Mas o aldeão pobre, que tecia por necessidade, não tinha dinheiro para gastar na compra de matérias-primas antes da venda e do pagamento de seu tecido. E, em algumas épocas do ano, poderia não conseguir sustento, a menos que hipotecasse a futura produção a um comprador, sendo já meio

proletário em relação ao mercador comprador. Esse comprador vai pagar barato pela produção, mais barato que se o próprio artesão vendesse suas mercadorias.

A pobreza dessa parcela de artesãos e sua necessidade de crédito era um fator pelo qual os teares caíam nas mãos dos capitalistas. Para artesãos pobres, a menor circunstância desfavorável à disponibilidade de matérias-primas e à data da venda e pagamento tornava desesperadora sua situação. Os instrumentos eram empenhados pelo artesão a seu empregador como garantia por um adiantamento em dinheiro, e ele perdia o tear se não pagasse a dívida. A pequena propriedade da terra e a propriedade pessoal dos meios de produção necessários ao trabalho artesanal estavam ligados entre si. Essa base da indústria doméstica foi solapada quando a concentração da propriedade fundiária avançou bastante para acabar com a classe dos yeoman.

A sociedade do século XVIII se baseava no pequeno modo de produção artesanal, a produtividade do trabalho era baixa e o número de trabalhadores empregados não era grande. Por isso era difícil imaginar qualquer lucro substancial conseguido com investimento na produção. Os mercantilistas conseguiam os lucros com as diferenças de preço nos mercados compradores e vendedores. Por isso acreditavam que a nação deveria ter grande quantidade de metais e balança comercial favorável.

Para os mercantilistas era preciso comprar barato e vender caro, pois, ao exportar mercadorias, entra moeda no país. Cai o valor da moeda nacional e sobem os preços das mercadorias nacionais. Ao sair moeda do país estrangeiro, se ele fizer importações, sobe o valor dela e caem os preços das mercadorias estrangeiras. As mercadorias nacionais ficam mais caras que as estrangeiras e, assim, ao venderem as mercadorias nacionais no estrangeiro e comprarem as mercadorias estrangeiras, terão lucro (DOBB, 1983: 144-150).

Mas, para Adam Smith, os estrangeiros não conseguiriam comprar a mesma quantidade de nossas mercadorias. Se elas encarecessem e as mercadorias deles barateassem, eles comprariam menos. Então, para que se force uma demanda para produtos nacionais no estrangeiro, criam-se colônias.

Para Dobb exportações podem não significar apenas a entrada de moeda, mas a criação de uma demanda adicional de mercadorias que não encontram demanda no país. Se se aumentam as exportações, aumentam a produção para o mercado externo e os empregos. Os mercantilistas se preocupavam com o excedente de moeda trazido pela balança comercial quando se compra barato e vende caro, pois na época deles as manufaturas não eram consideradas como fornecedoras de excedente. Mas, com o desenvolvimento das manufaturas,

o aumento das exportações passa a ser considerado aumento dos lucros e da geração de empregos para a manufatura (DOBB, 1983: 154-155).

Com o desenvolvimento da manufatura o mercado interno passa a ser mais importante que o externo, ou seja, ocorre o crescimento de produção, dos lucros e dos salários.

Adam Smith critica o monopólio do comércio colonial

As mercadorias enumeradas não poderiam ser vendidas diretamente pelas colônias a outros países. Teriam que ser vendidas à Inglaterra, que as exportaria para outros países. Então, se a colônia é forçada a ter um único comprador para seus produtos e tem que comprar tudo que precisa apenas da Inglaterra, a Inglaterra força a colônia a vender barato o que ela produz e a comprar caro o que a Inglaterra lhe fornece. Dentre aquilo que Inglaterra fornece à colônia, estão os artigos manufaturados, mais caros que os produtos agrícolas fornecidos pela colônia. Dessa maneira, se a Inglaterra vende caro e compra barato, o comércio colonial dá grande lucro:

Essa superioridade de lucro desviou outros capitais de outros setores da economia do país para serem investidos no comércio colonial. Aumentou o comércio colonial, mas outros setores do comércio exterior registraram declínio principalmente, o comércio com outras partes da Europa (SMITH, 1985: 79).

Nesse ponto, Smith deixa clara sua oposição à política mercantilista da época, que objetivava comprar barato e vender caro para que entrasse moeda no país. Para ele o país não enriquece ao aumentar a quantidade de metais, mas ao aumentar a produção, empregos, salários e consumo. Para Smith, o comércio colonial era menos vantajoso para a Inglaterra, pois as colônias são distantes e têm retornos de capital menos frequentes. Sendo assim, realiza-se um volume menor de comércio; mesmo vendendo mais caro, vende-se menos, e isso estimula um aumento menor da produção e da geração de empregos. Os comerciantes têm grande lucro, mas a população inglesa é prejudicada pois tem menos empregos e isso estimula menos o crescimento de salários e o consumo

Para Smith, se as colônias não tivessem a obrigação, pelo monopólio, de vender tudo que produzem para a Inglaterra, venderiam apenas o que fosse necessário ao consumo inglês. Assim, poderiam vender o restante para outros países e importar dos países europeus parte do que precisam. A Inglaterra também não seria forçada a fornecer à colônia tudo o que ela precisa, então forneceria apenas uma parte, podendo usar o restante de sua mão-de-obra para

produzir mercadorias adequadas ao consumo dos mercados europeus e realizar comércio direto com eles. Dessa maneira o retorno de capitais seria mais rápido, e o aumento da produção e a geração de empregos seriam mais estimulados.

Para Smith, o comércio colonial é benéfico, pois seu efeito é abrir um grande mercado para os itens produção britânica que podem não ter demanda nos mercados dos países europeus. Mas para isso não é preciso monopólio, não é preciso desviar capitais de outros setores da economia britânica para o comércio colonial. O comércio colonial seria como um acréscimo ao comércio que a Inglaterra já tinha com outros países da Europa, sem ter que desviar capitais do comércio com a Europa.

Adam Smith era a favor de que as colônias se tornassem independentes e a Inglaterra fizesse com elas um acordo de comércio livre. Para ele, o princípio mercantilista seguido pelas Companhias é prejudicial aos consumidores ingleses, que compram caro, e à metrópole, a Inglaterra, porque faz um volume menor de comércio e estimula menos a produção, a geração de empregos e o consumo. E é prejudicial à colônia, principalmente a Índia, que ficou em situação de miséria, pois foi administrada para dar lucro aos comerciantes e não para se tornar um grande país.

List Defende o Protecionismo para a Criação de Manufaturas

Para List, o país deve adotar o protecionismo para estimular no país a produção daquilo que no início é difícil de ser produzido, para que, com o tempo, a produção se aperfeiçoe. Nesse sentido, quanto mais variada for a produção de um país, menos ele dependerá de outros. Quando há desenvolvimento manufatureiro, a maior parte da população vai para a cidade, a agricultura é estimulada a produzir excedentes. Estimula o intercâmbio entre campo e cidade e a integração do mercado interno; sendo assim, a agricultura deixa de ser somente de subsistência.

Para List, a nação deve fortalecer o mercado interno, estimulando o crescimento das manufaturas através do protecionismo, para que aumente a demanda por alimentos, exportando-se depois o excedente. Nações que importam manufaturas e só produzem produtos agrícolas exportam café, açúcar, mas não têm um mercado interno fortalecido pelo intercâmbio campo-cidade. Dependem das exportações agrícolas, e se as exportações têm queda, a economia desses países entra em crise, pois é baseada em monocultura agrícola para exportação. Por isso um país deve diversificar a economia estimulando o surgimento de

manufaturas, mas, para diversificar a economia, é preciso a intervenção do Estado. Para List, o Estado deve pensar no benefício total da nação, pois os indivíduos pensam apenas em seus interesses particulares.

Para Adam Smith, cada indivíduo conhece melhor as circunstâncias locais e tem capacidade de julgar melhor qual o melhor investimento a fazer do que o governo. Mas, para List, através do protecionismo, o Estado pode assegurar um campo mais amplo de atividade aos recursos materiais e humanos do país, pois o Estado faz uma coisa que os indivíduos não poderiam fazer sem ele. O protecionismo assegura o mercado interno para habitantes do país que quiserem investir em novas atividades e criar manufaturas que não existiam antes, para que eles não sofram concorrência estrangeira.

Através do protecionismo, orienta-se a economia do país com mais autonomia para não ficar dependente da permissão de outras nações para a entrada de nossos produtos nelas. Quando a Inglaterra proíbe os produtos de outros países de entrarem lá, impede as forças produtivas de outros países de atuar. A escola clássica diz que o protecionismo faz os preços das manufaturas nacionais subirem, pois elas detêm monopólio.

Para List, com o protecionismo, cada indivíduo da nação tem liberdade para participar dos lucros do mercado interno. À medida que os investimentos em novos setores da economia aumentam, a concorrência faz abaixar os preços. No início alguns setores da economia são menos lucrativos. A agricultura pode ser lucrativa, mas não a indústria se ela sofre concorrência externa. Então os investidores nacionais só investirão na agricultura, e o país nunca se torna industrializado.

Mas se o Estado, através do protecionismo, protege o mercado interno da concorrência estrangeira, os investidores nacionais se sentirão seguros para investir na indústria, pois terão o mercado interno assegurado para eles, livre da concorrência estrangeira, e com grandes possibilidades de lucro.

Então, para List, são as condições políticas que geram condições para que as forças produtivas atuem juntas gerando valores de troca. Então não é o simples enriquecimento de cada indivíduo, mas as condições que o Estado cria para o desenvolvimento das forças produtivas da nação em suas condições específicas. Se a atividade privada não foi suficiente para prosperar a nação, o Estado deve intervir para que a nação passe de um estágio de desenvolvimento para outro. Os indivíduos não vão pensar na nação como um todo, mas podem ser estimulados pelo Estado a investir em novas atividades e a diversificar a economia da nação. A livre concorrência funciona, segundo Smith, para indivíduos da mesma nação. Mas, para List, nações diferentes têm interesses e estágios de desenvolvimento diferentes:

Se uma nação agrícola já tiver progredido na agricultura e suas manufaturas estiverem pequenas elas progredirão com a guerra. Se a paz for restabelecida depois dessa nação ter feito progresso na atividade manufatureira perceberá que não pode voltar ao intercâmbio comercial. Foi a guerra que deu origem aos sistemas protecionistas mantidos após a conclusão da paz.

(...)

Após a guerra e o fim do bloqueio continental, a Inglaterra proibiu a importação de cereais estrangeiros através das Leis do trigo. Os agricultores ingleses que durante a guerra haviam detido o monopólio de venda de seus produtos no país não queriam concorrência estrangeira. Com isso, as nações: França, Alemanha e Estados Unidos que antes exportavam produtos agrícolas para a Inglaterra deixaram de exportar e passaram a deixar de importar os manufaturados ingleses, pois essas nações haviam se desenvolvido industrialmente durante a guerra (LIST, 1983: 128-129).

Com o bloqueio continental de Napoleão Bonaparte, houve o progresso das manufaturas alemãs. Após o fim do bloqueio e retorno da paz, a manufatura inglesa entrou em concorrência com a alemã, mas o pedido dos manufatores prussianos foi atendido.

A lei alfandegária respondeu às exigências dos manufatores prussianos de proteção do mercado interno. A escala de valores aduaneiros da Prússia era cobrada com base no peso dos produtos e não no valor. Para artigos de consumo geral, que cada país pode fabricar com mais facilidade, cobra-se taxa de importação mais alta. A taxa baixava na medida da sofisticação dos produtos e da dificuldade de fabricá-los no país. Os Estados alemães menores e a Prússia foram unidos por uma confederação alfandegária geral, e isso desenvolveu a indústria e a agricultura alemãs.

Para List, nem todos os setores da indústria têm que ser protegidos no mesmo grau. Os setores com proteção especial são os que exigem alto capital para sua implantação e máquinas avançadas, ou cujos produtos são artigos de primeira necessidade. Os outros setores podem ter proteção menor.

Para Adam Smith, os Estados Unidos estavam destinados à agricultura, pois grande quantidade de alimentos é produzida a baixo custo. Adam Smith dizia que nos Estados Unidos havia faixas de terra fértil não cultivadas e que os norte-americanos poderiam dedicar-se à agricultura. Por conseguinte, através do crescimento populacional, quando a agricultura estivesse atingido desenvolvimento completo, surgiriam então naturalmente as manufaturas.

Mas, para List, se a população americana do leste emigrasse para o oeste para cultivar as terras não cultivadas, essa população diminuiria. Despovoar os estados do litoral atlântico e forçar o aumento populacional no interior impediria o crescimento naval e daria chances a outras nações de tomar posse de posições estratégicas no litoral do país e impedir o desenvolvimento industrial. Para List, através do litoral Atlântico é que se processou o

comércio exterior do país, lá que chegaram os capitais da Europa para criar indústrias e navegação. Com a existência de atividade manufatureira no litoral leste, as indústrias crescem e geram demanda por matérias-primas e produtos agrícolas e ocorre cultivo gradual de terras incultas. O argumento dos economistas clássicos que alimentos caros encarecem os salários da manufatura, para os americanos isso só ocorre em produtos que não podem ser barateados pelo uso de máquinas

Para List, países não civilizados, colônias e semi-colônias devem adotar o livre comércio. Mas países como França, Alemanha e Estados Unidos não devem sacrificar suas manufaturas porque a Inglaterra aboliu as leis do trigo. Eles não devem voltar a importar manufaturados ingleses e exportar cereais para a Inglaterra.

Para List, Alemanha, França e Estados Unidos vão ajudar a Inglaterra a suprir as necessidades de manufaturados da zona tropical. À medida que os países pobres forem modernizados nos transportes e comunicações, eles aumentariam a demanda por manufaturados e aumentariam a produção de produtos agrícolas para exportar. O mercado da zona tropical é extenso e pode servir de importador para várias nações desenvolvidas, não só a Inglaterra. A Inglaterra não poderia monopolizar os mercados dos países pobres, pois não pode suprir todas as necessidades deles por produtos industriais, nem consumir toda a produção agrícola deles.

List se refere ao fato de que a primeira Revolução Industrial ocorreu na Inglaterra, a segunda na França, Alemanha e Estados Unidos, e que os países pobres tiveram industrialização tardia.

Segundo List, há diferenças entre protecionismo agrícola e manufatureiro. Com o protecionismo, as manufaturas podem se aprimorar e importar tecnologia e produzi-la. Mas o protecionismo não pode fazer com que nações de clima que impede o cultivo de certos produtos possam cultivá-los da mesma forma que as nações de clima privilegiado. Na Inglaterra, as leis do trigo fizeram proibir importações de cereais e cultivar solo antes não cultivado. Mas, quanto mais produtos agrícolas a Inglaterra tivesse importado, mais produtos manufaturados teria vendido. A importação de produtos agrícolas tira do país estrangeiro o material necessário para sustentar a população e a indústria, desviando-o para nosso país, impedindo-o de manter indústrias para que ele importe nossos manufaturados.

Adam Smith é contra subsídios à agricultura

Adam Smith também é contra subsídios à agricultura, mas por outras razões. Para Smith, em anos de escassez, mesmo que o subsídio seja suspenso, a grande exportação que ele provoca nos anos de fartura acaba por impedir que a fartura de um ano alivie a escassez de outro. Em anos de fartura e escassez o subsídio faz subir o preço dos cereais. (SMITH, 1985: 10-11).

Para Smith, se o preço do trigo sobe, a população consome menos, isso leva à diminuição da população e do mercado consumidor interno. O aumento do preço do trigo estimularia sua produção se o efeito do subsídio fosse possibilitar, ao produtor com uma quantidade igual de trigo, manter uma quantidade maior de trabalhadores. Mas se diminui o mercado consumidor, o agricultor vende mais caro, mas vende em menor quantidade. E se o preço alto do trigo faz subir o preço do salário da indústria para os donos de fábrica, ele também não é vantajoso.

Para Smith, em um país produtor de trigo, se entre as regiões existir liberdade de comércio, a escassez gerada pelas estações desfavoráveis é compensada pelas épocas de colheita. Se todas as nações seguissem a livre importação e exportação de cereais, elas supririam as necessidades umas das outras. O período de escassez de uma seria o período de fartura de outra. A nação pode importar mesmo na época de fartura, pois, se não consumir tudo, pode reexportar o excedente ou guardar para a época de escassez:

Se o comerciante absorve todo o estoque de cereais, indo a um determinado mercado, ou fazendo-o no próprio mercado a fim de vendê-lo depois no mesmo mercado. É porque julga que não há condições de suprir o mercado com fartura durante toda estação, então o preço deverá subir em breve. Se a previsão for errada e o preço não subir ele perde seu capital, e prejudica mais a si mesmo que ao consumidor. Pois nas épocas de fartura os preços baixos estimulam a consumir exageradamente e ocorre falta de gêneros no período de escassez (SMITH, 1985: 25).

O comerciante, para Smith, quer vender com regularidade em todas as épocas e não vender muito numa época e pouco em outra; ele também tem que se manter, e isso também é bom para o consumidor. O livre mercado de cereais, a livre importação e exportação, leva a suprir épocas de escassez de uma nação com a época de fartura de outra.

Para Adam Smith, a indústria só pode ser aumentada, na medida em que aumenta capital, e o capital da comunidade só pode ser aumentado de acordo com as poupanças da comunidade acumuladas de sua renda. As medidas protecionistas diminuem rendas da

comunidade, pois as indústrias empregam capital em produtos difíceis de ser produzidos, com custo de produção e preços altos. Isso ocorre porque não se alcançou o grau tecnológico das nações desenvolvidas, já que o protecionismo é estímulo a atividades que no início são menos lucrativas. Em livre concorrência, essas indústrias teriam tido mais lucros, pois teriam se dedicado apenas às atividades mais lucrativas. Para Adam Smith, a renda anual é o mesmo que o valor de troca dos objetos que a indústria nacional produz anualmente, e cresce reinvestindo os lucros na produção. Para List, no entanto, capital não é apenas isso, mas também habilidades mentais e forças produtivas.

Adam Smith diz que as receitas da nação dependem da soma do capital material, enquanto para List dependem da soma das forças produtivas e do grau em que elas são acionadas e aperfeiçoadas dentro de uma melhor divisão do trabalho. As medidas protecionistas no início podem exigir capital e dar menos lucros quando se instala uma nova indústria, mas à medida que essa indústria alcança o grau tecnológico de outras nações, as forças produtivas da nação são organizadas de forma mais eficiente e racional.

Para Smith, as manufaturas se originam após o total desenvolvimento agrícola e sem ajuda do governo. Para List, a ajuda do governo é necessária, pois ela acelera o desenvolvimento industrial antes que a diferença de desenvolvimento entre a nação agrícola e manufatureira aumente ainda mais.

Mas, para isso, é preciso atrair capital e tecnologia estrangeira, e se toda a nação está envolvida com agricultura, ela não vai se interessar em tirar seus investimentos da atividade agrícola e empregá-los na indústria. Por isso, o investimento inicial na indústria tem que ser feito pelo governo. A transferência de forças produtivas da nação, de um emprego para o outro, gera problemas e riscos, e a classe mais rica da nação pode não querer assumir esses riscos. Só o governo pode assumi-los, tem que buscar novas técnicas, profissionalizar os trabalhadores, comprar máquinas e, com a atividade industrial implantada, com o tempo, os capitais particulares se interessarão em investir nela.

No início, o estímulo à importação de produtos agrícolas e matéria-prima e proibição de importar manufaturados faz o agricultor ter concorrência estrangeira. Mas o crescimento da indústria gera demanda por matéria-prima e crescimento da população e a demanda por alimentos e a agricultura é estimulada. Para List, não se pode proteger, ao mesmo tempo, agricultura e manufatura. A proteção à manufatura exige livre importação de matérias-primas e produtos agrícolas.

CAPÍTULO II – DIFUSÃO DA INDUSTRIALIZAÇÃO: AS TEORIAS DE SMITH E LIST SOBRE A INTERVENÇÃO DO ESTADO NA ECONOMIA E A APLICAÇÃO DESSAS TEORIAS NOS PROCESSOS DE INDUSTRIALIZAÇÃO ORIGINÁRIA E ATRASADA

Introdução

Paul Singer relata no livro *Curso de Introdução à Economia Política* (SINGER, 1975: 146-151), que a teoria das Vantagens Comparativas iniciada por Smith e aperfeiçoada por Ricardo pressupõe que cada país tem vantagens e facilidades para produzir determinados tipos de mercadorias. Ao exportar essas mercadorias, esse país pode, com a renda das exportações, importar os outros tipos de mercadorias que tem dificuldade para produzir. Segundo Smith, isso é mais vantajoso para o país do que tentar produzir nacionalmente mercadorias que são difíceis de ser produzidas devido ao fato de não ter as tecnologias necessárias.

Durante o período da Pax Britânica, após o fim do Bloqueio Continental de Napoleão, foi restabelecido o livre comércio internacional e ele funcionava na base de Vantagens Comparativas. A Inglaterra exportava manufaturados para o mundo inteiro e importava produtos agrícolas e matérias-primas do mundo inteiro. Cada país era especializado em produzir um ou alguns tipos de produto segundo vantagens naturais. Por exemplo: Estados Unidos e Índia produziam algodão; Argentina e Canadá, trigo; Brasil, açúcar. E a Inglaterra possuía vantagens adquiridas na produção de manufaturas, por ter sido o primeiro país a se industrializar, ela produzia manufaturados com menores custos de produção e menor preço.

Mas, outros países, como Alemanha e Estados Unidos, desejavam adquirir vantagens na produção industrial protegendo seus mercados internos da concorrência estrangeira e aperfeiçoando suas técnicas de produção para alcançar o desenvolvimento industrial inglês. Isso levou em consideração que as vantagens adquiridas não eram obra do acaso, mas resultado de uma política que a curto prazo exigia muito investimento, mas que a longo prazo teria o investimento compensado, pois o país adquiria maior nível de produtividade em novos ramos industriais, através do investimento no aperfeiçoamento das técnicas de produção industrial.

Smith dizia que qualquer nação agrícola que quisesse se industrializar poderia aperfeiçoar seus métodos de produção em situação de livre comércio, e apenas através da iniciativa privada, sem necessidade de investimento do Estado. Mas List afirmava que isso ocorreu na Inglaterra onde a industrialização foi pioneira e houve tempo necessário para que

os capitais da iniciativa privada fossem acumulados aos poucos e gradualmente investidos no crescimento das manufaturas. Mas, no caso de países como a Alemanha, a burguesia era reduzida em número e tinha pouco capital. O país era fragmentado em vários territórios separados politicamente e dominados por uma aristocracia agrária que não se interessava em investir no desenvolvimento industrial. List acreditava que era preciso unificar o país politicamente e estabelecer uma política de protecionismo às manufaturas e investimento em indústrias de base e obras de infra-estrutura, e isso só poderia ser feito pelo Estado. Para que se alcançasse o desenvolvimento industrial inglês, essas políticas de intervenção foram seguidas pela Alemanha e pelos Estados Unidos, e ambos os países, após se desenvolverem industrialmente, tornam-se concorrentes da indústria inglesa.

Eis o principal ponto de divergência entre Smith e List: Smith afirmava que qualquer nação agrícola pode se desenvolver sem investimento do governo, apenas com capital particular. Smith pensava que essa receita valia para qualquer nação. Por outro lado, para List, não é qualquer nação que pode se industrializar sem investimento do governo. Isso funcionou para a Inglaterra, que foi a pioneira, e onde a burguesia teve tempo para acumular capital aos poucos. Mas, na Alemanha, a burguesia era reduzida em número e tinha pouco capital, e a aristocracia agrária não se interessava em investir em indústrias. Dessa forma, esse investimento tinha que ser feito pelo governo.

Defesa de Adam Smith ao Livre Comércio

Adam Smith é contra o favorecimento de uma atividade específica de um país, em detrimento de outras atividades. Como ocorreu com os manufatores de lã, que conseguiram proibir a importação de tecidos para não terem concorrentes no mercado interno e poderem vender seus tecidos mais caro. Eles também conseguiram dos legisladores a importação de matérias-primas para concorrer com as produzidas na Inglaterra e fazê-las baratear (SMITH, 1985: 116-117).

Smith não concorda com isso, pois faria os salários dos produtores de matéria-prima diminuir muito e faria subir o preço do tecido para o consumidor nacional. Smith admite que o motivo dessas medidas é a ampliação das manufaturas, não através da melhoria do produto nacional, e sim através da eliminação da concorrência estrangeira. Mas os consumidores têm que pagar as taxas para cobrir os subsídios à exportação. E pagar mais caro pelas mercadorias que não sofrem concorrência. Para Smith seria melhor, apenas, cobrar taxas dos exportadores

de matéria-prima do que proibir a exportação delas. A taxa prejudica menos os produtores de lã que a proibição, e continuaria a assegurar vantagem para o manufator nacional.

Para Smith, as nações agrícolas não podem desestimular a atividade das nações mercantis impondo grandes taxas ao comércio entre elas. É preciso que haja livre comércio entre as duas e que a nação manufatureira possa vender bastante manufaturas à nação agrícola, e com isso ter bastante dinheiro para comprar os produtos da nação agrícola. O aumento contínuo do excedente de produção da terra dos países agrícolas através do livre comércio e da venda de produtos agrícolas aos países manufatureiros criaria um capital superior àquele que se poderia aplicar na melhoria das terras. E esse excedente poderia ser aplicado na criação de manufaturas.

Para Smith, mesmo com menos tecnologia, os países agrícolas podem reduzir os preços dos manufaturados que produzirem, pois vão encontrar no próprio país as matérias-primas agrícolas e a subsistência para manter as manufaturas e trabalhadores. Além disso, os preços dos manufaturados estrangeiros são maiores, pois eles vêm de grandes distâncias e pagam o frete. E, à medida que aperfeiçoassem sua técnica, os manufatores nacionais poderiam produzir com menor custo e vender mais barato que os manufatores estrangeiros, até que os mercadores estrangeiros fossem excluídos do mercado interno do país agrícola. A liberdade de comércio para Adam Smith é o método mais vantajoso para que uma nação agrícola forme artífices e manufatores próprios, pois em liberdade de comércio a renda das exportações agrícolas pode servir para comprar máquinas e construir novas manufaturas.

Para Smith, se a nação agrícola proíbe a entrada de manufaturados estrangeiros, ela não tem como exportar seus produtos agrícolas e conseguir dinheiro para implantar as manufaturas. Isso desestimula a atividade agrícola, faz encarecer os preços dos alimentos que são a base do salário do trabalhador da manufatura. Se matérias-primas agrícolas e alimentos sobem de preço, os manufaturados também sobem e isso desestimula seu consumo. Ao se desestimular a atividade agrícola, desvia-se investimento da agricultura para a manufatura, levando à formação prematura de manufaturas.

Frederich List critica o livre comércio

Frederich List é contrário ao livre comércio entre nações agrícolas e manufatureiras, pois a nação agrícola, ao tentar implantar manufaturas, caso sofra concorrência dos produtos das nações manufatureiras, verá suas manufaturas não resistirem e falirem, pois os produtos das

nações manufatureiras são muito superiores em qualidade e têm menor preço. Isso acontece porque a nação manufatureira já aperfeiçoou seu modo de produção, suas máquinas, e tem tecnologia para produzir artigos de melhor qualidade e menor preço. E, para que as nações agrícolas atinjam esse desenvolvimento tecnológico que permite produzir com melhor qualidade e menor preço, é preciso um tempo. Durante esse tempo é preciso protecionismo.

List concorda com Smith que a exportação de produtos agrícolas dá condições de conseguir capital para criar indústrias nacionais, mas, depois de criadas essas indústrias, é preciso protegê-las da competição estrangeira. Sendo assim, nações sem manufaturas devem adotar o livre comércio exportando produtos agrícolas e importando manufaturas. Em seguida, devem promover o crescimento das manufaturas através do protecionismo para, após essas manufaturas terem condições de competir internacionalmente, adotar-se novamente o livre comércio.

Para List, Adam Smith tenta indicar o conceito cosmopolítico de liberdade de comércio no mundo inteiro. Adam Smith não se preocupa com a verdadeira economia política que estabelece a cada nação individual o que fazer para progredir em condições econômicas. Adam Smith quer substituir Economia Política Nacional por Economia Cosmopolítica. Para ele, os regulamentos mercantilistas dos Estados para a promoção da prosperidade são desnecessários. E uma nação, para sair do estado de barbárie para civilização, precisa de taxas moderadas.

Para List, economia privada não é o mesmo que economia da nação. A Economia pública é economia da nação. É preciso distinguir economia dos indivíduos e das sociedades. Quando os interesses das nações forem os mesmos dos indivíduos, será válido o princípio de Smith, que diz que quanto menos cada indivíduo for impedido de buscar sua riqueza individual, maior será a riqueza distribuída através do livre comércio (LIST, 1983: 90).

Para List, o livre comércio não seria benéfico a todas as nações de forma igual. As mesmas forças que servem para levar tecnologia e produção podem servir para levar destruição. Nações agrícolas podem servir como colônias aos interesses de lucro das nações manufatureiras que as exploram. Não se pode colocar em liberdade de comércio nações com desenvolvimentos desiguais.

Para List, a escola clássica comete o erro de considerar como já existente um estado de coisas que ainda está por vir; primeiro ocorre a união política e depois a união comercial. A escola considera as nações como se elas já estivessem politicamente unidas numa confederação universal onde o livre comércio garantiria um estado de paz perpétua. Mas uma república universal só seria possível se as nações atingissem o mesmo grau de indústria e

civilização. Nas atuais condições do mundo, o resultado da liberdade geral de comércio seria a sujeição das nações menos adiantadas à Inglaterra. Se existisse uma confederação de todas as nações, os ingleses não levariam o desenvolvimento a todas as nações, mas, ao contrário, a expansão inglesa devastou manufaturas por onde passou:

Na conclusão do Tratado de Methuen em Portugal holandeses e alemães foram excluídos do comércio com Portugal. Espanha e Portugal conseguiram muitos metais preciosos e o Oriente queria esses metais. A Índia tinha manufaturados de algodão para oferecer em troca. Mas os ingleses não queriam importar tecidos. Se a Inglaterra tivesse aprovado a livre importação de artigos de algodão e seda da Índia as fábricas de algodão e seda inglesas teriam fechado pois não podiam competir com os produtos indianos muito melhores em qualidade. A Inglaterra preferiu usar seus próprios produtos de qualidade inferior e maior custo e exportar para a Europa os tecidos finos da Índia a preços baixos de competição (LIST, 1983: 35).

Adam Smith afirma que somente uma pequena parcela da importação de ouro e prata de Portugal é empregada para produzir as moedas e objetos na Inglaterra, e o resto tem que ser reexportado para o exterior para ser trocado por bens de consumo. E que seria melhor se a Inglaterra empregasse na produção de mercadorias adequadas ao mercado português uma parcela menor de seu trabalho, reservando uma parcela maior à produção de bens adequados para outros países onde há bens de consumo demandados pelos ingleses.

List afirma que, quando Portugal conseguiu estabelecer manufaturas e proibiu a importação de artigos estrangeiros, o embaixador britânico em Portugal, Paul Methuen, convenceu o governo português que o país seria beneficiado se a Inglaterra permitisse a importação de vinhos portugueses pagando taxas alfandegárias 1/3 abaixo das taxas vigentes em outros países, desde que admitisse importar tecidos e roupas inglesas nas mesmas taxas. O rei aceitou, e Portugal se encheu de manufaturados ingleses com os quais não podia competir, sendo assim as manufaturas portuguesas não resistiram e faliram.

Adam Smith afirma que, por causa do trabalho de Methuen, os vinhos portugueses eram importados na Inglaterra pagando apenas 2/3 das taxas alfandegárias pagas por vinhos procedentes de outros países, então os portugueses levaram vantagem.

Para List, os portugueses importavam o que precisavam antes da Holanda, França e Bélgica. Então, os ingleses passaram a comandar o mercado português de importações. Portugal recebia ouro e prata de suas colônias em troca de manufaturados que enviava a essas colônias. Esses manufaturados Portugal comprava dos ingleses, pagando com ouro e prata das colônias. Os ingleses não precisavam desses metais circulando no país, então os mandavam para Índia e China, comprando lá bens que revendia no continente europeu e de lá importava

matérias-primas e metais. As manufaturas de Portugal foram arruinadas e as colônias portuguesas se tornaram inglesas.

Para List, em todos os Tratados comerciais concluídos pelos ingleses existe uma tendência a estender a venda de seus manufaturados aos países com os quais negociam, oferecendo-lhes vantagens de exportação e empréstimos. Isso destrói as manufaturas desses países através da concorrência com os produtos ingleses, e torna esses países dependentes da Inglaterra.

List defende o investimento em Forças de Produção

Para List, as causas da riqueza das nações são diferentes da própria riqueza. Pode-se possuir riqueza, mas não possuir a força de produzir objetos de valor superior ao que se consome, tornando-se assim mais pobre. Se se possuir a força de produzir artigos de maior valor do que se consome, torna-se mais rico. A força produtiva da riqueza é mais importante que a própria riqueza, pois assegura a posse e o aumento do que se ganhou e a substituição do que se perdeu.

Adam Smith afirmou: “O trabalho constitui o fundo do qual toda nação consegue sua riqueza, sendo que o aumento da riqueza, depende da força produtiva da mão-de-obra e do grau que a mão-de-obra é aplicada” (SMITH, 1985: 9).

Adam Smith percebeu que a situação das nações depende da soma das forças produtivas e da divisão do trabalho:

A maior divisão aumenta a quantidade de trabalho que os trabalhadores podem realizar, pois cada um realiza uma tarefa simples do processo. Maior é a destreza do operário que realiza a mesma etapa de trabalho durante toda sua vida. Também é impossível passar rapidamente de uma tarefa para outra que se efetue em lugar diferente, perde-se tempo. Quando as tarefas podem ser feitas num mesmo lugar, a perda de tempo é menor.

(...)

Foi a divisão do trabalho que deu origem à função que cada máquina realiza. Cada máquina executava aquilo que cada trabalhador, ou grupo de trabalhadores executava na parte que lhe cabia na divisão do trabalho antes da invenção das máquinas. Cada trabalhador pode produzir com a máquina muito mais do que ele precisa e trocar o excedente (SMITH, 1985: 15-17).

Pelo grande valor que atribui à idéia da divisão do trabalho, Adam Smith concebeu o trabalho como o “fundo” de toda riqueza, embora ele perceba que a produtividade depende da competência com que o trabalho é executado.

Para List, a História ensina que mesmo com o trabalho de seus habitantes, nações podem cair na miséria. Não basta colocar o trabalho como gerador de riqueza, é preciso promover agricultura, indústria e comércio.

A investigação de Smith se restringe às atividades humanas que geram valores materiais. A doutrina dele ensina como as coisas são produzidas, distribuídas e consumidas. Ele explica isso exclusivamente pela troca, pelo aumento do capital e extensão dos mercados. Ele se restringe ao materialismo e individualismo. Se Smith tivesse seguido a ideia da força produtiva sem deixar predominar a ideia de valor de troca, ele perceberia que para explicar como criar e desenvolver forças de produção e como elas são dominadas e destruídas é preciso considerar a ideia das forças produtivas.

(...)

A escola clássica quer ensinar que economia política não deve levar em consideração as políticas e poder político. Isso ocorre se a Economia Política se limita a investigar valores de troca e troca de valores. Podemos definir os conceitos de valor, capital, lucro, salário e renda seu aumento e diminuição sem levar em conta política da nação. Mas na verdade, esses itens pertencem à economia privada e à economia das nações. A escola clássica a medida que não considera a natureza das forças produtivas não leva em conta as condições das nações em seu conjunto. Menosprezam a importância de se desenvolver em proporção igual as manufaturas, agricultura e comércio (LIST, 1983: 99-101).

Para List as manufaturas estrangeiras fornecem artigos para o comércio exterior que conseguimos em troca de matérias-primas. Se, então, o comércio com as manufaturas de países distantes exerce uma influência boa sobre nossa agricultura, é mais benéfico ter manufaturas dentro do próprio país, que geram demanda para as matérias-primas agrícolas. Já que o comércio interno não é interrompido por guerras ou pelo fato de outras nações passarem a produzir matérias-primas e não precisarem das nossas, “O comércio externo de uma nação não pode ser avaliado da forma que os comerciantes individualmente avaliam. Os comerciantes agem em proveito próprio. Mas nem tudo que é melhor para o proveito individual deles é melhor para a nação” (LIST, 1983: 103).

Para List, a nação deve sacrificar ganhos a curto prazo e investir em educação, ciência e forças de produção. A nação não deve comprar bens do modo que seus comerciantes fazem, nos lugares onde eles forem mais baratos. A nação não deve deixar de fabricar produtos por que ela os obtém mais barato no estrangeiro. Isso funciona apenas para comerciantes individuais.

Ao perder valor monetário e investir capital adquirindo forças de produção, isso assegura à nação autonomia manufatureira e alcançar o desenvolvimento das nações adiantadas. E se, no início, os produtos forem de pior qualidade, com o tempo eles são aperfeiçoados (LIST, 1983: 104).

Para List, a Inglaterra soube extrair, de cada país da Europa, cada habilidade em setores específicos da indústria, e, através do protecionismo, proteger as manufaturas implantadas da concorrência estrangeira. A rainha promoveu a construção naval e a manufatura de lã. No início os produtos eram caros e de pior qualidade, mas depois a Inglaterra os aperfeiçoou igualando-os aos concorrentes estrangeiros.

Para List, manufatura não cresce espontaneamente, pois ela requer forças humanas e materiais que não eram requeridas pela agricultura. A manufatura não cresce devido ao crescimento da agricultura, como acha Adam Smith. A manufatura é uma força nova, que pode fazer crescer uma forma mais próspera e desenvolvida de agricultura.

Adam Smith é influenciado pelos fisiocratas. Para os fisiocratas, pelo fato de o trabalho dos cultivadores pagar todas as despesas e gerar um excedente que é a renda, eles merecem ser chamados de classe produtiva. Os artífices e manufatores são uma classe improdutiva para os fisiocratas, pois o trabalho deles repõe apenas matérias-primas, salários e lucros, mas não gera renda. Os manufatores são sustentados pelo trabalho do campo. As manufaturas fazem apenas a transformação da matéria-prima que, ao chegar e sair da fábrica, não aumentou nem diminuiu de quantidade.

Os fisiocratas estavam acostumados com sistemas simples, onde tudo que o artesão produzia retornava para ele, que era independente e produzia com os próprios instrumentos. O artesão investia seus lucros para continuar produzindo a mesma quantidade que antes, e não tinha o pensamento de investi-los de forma racional no crescimento de seu ofício. O mercado consumidor era pequeno e ele produzia e vendia pouco, por isso os fisiocratas não acreditavam na capacidade de as manufaturas trazerem desenvolvimento à nação. Mas, quando o artesão independente se torna assalariado na manufatura, nem tudo que ele produz retorna para ele. Com as máquinas ele produz muito mais do que aquilo que paga seu salário. Essa é a mais-valia, pois o excedente da manufatura não é físico. Não é a multiplicação das sementes em toneladas de alimentos, como na agricultura; o excedente da manufatura é o lucro, que, ao ser investido no aumento da produção e geração de mais empregos, traz o desenvolvimento da nação. Mas, na época dos fisiocratas, as manufaturas não haviam se desenvolvido, por isso eles não acreditavam que elas trariam desenvolvimento à nação.

Smith sabe que as manufaturas podem trazer desenvolvimento, pois um país manufator pode ampliar a produção, os empregos e salários. Mas, para isso, Smith não acha que é preciso protecionismo.

List usa o exemplo da França, para discordar da tese de Smith e dos fisiocratas:

As manufaturas na França foram desenvolvidas por Colbert que trouxe para a França artesãos, máquinas, implantou manufaturas e as protegeu com protecionismo. E proibiu as exportações de cereais em tempos de escassez. Mas o desenvolvimento das manufaturas gerou demanda por matéria-prima agrícola e alimentos para os trabalhadores. A agricultura se desenvolveu produzindo não para a exportação, mas para o mercado interno.

(...)

Após o governo de Colbert, os governos da França influenciados pelos fisiocratas queriam mercados para os vinhos franceses na Inglaterra, e em troca permitiriam a importação dos manufaturados ingleses. Isso fez destruir as manufaturas francesas que não conseguiram competir com as inglesas em preço e qualidade (LIST, 1983: 54-55).

Napoleão, durante o bloqueio continental, que foi uma forma de pressão econômica da França sobre a Inglaterra, impedindo a Inglaterra de comercializar com a Europa continental, promoveu manufaturas e retornou ao protecionismo. Mas, com a queda de Napoleão, os franceses adotaram o livre comércio e os franceses deixaram entrar produtos ingleses que arruinaram novamente as manufaturas francesas.

Para List, a causa da produtividade não é apenas a divisão do trabalho. É também o trabalho conjunto. A divisão das operações comerciais sem a combinação das forças produtivas em direção a um objetivo comum não servem para estimular a produção.

Para Smith:

É o instinto de sobrevivência e ambição que fez com que os homens soubessem que é mais lucrativo dedicar-se a uma só atividade e satisfazer as necessidades usufruindo trabalho alheio. É a certeza de achar quem vai comprar esse excedente por um preço que permita a sobrevivência de quem produziu e lucro, que faz com que cada um tente produzir cada vez mais e o lucro fique cada vez maior. Então o excedente trocado e usufruído por todos fica cada vez mais maior (SMITH, 1985: 20).

Para List, se os operários vivessem em países diferentes, a cooperação entre eles seria impedida por guerras, crises comerciais e diminuiria a vantagem da divisão de operações. A lei da divisão do trabalho não funciona apenas para uma manufatura, ela se estende sobre o conjunto da produção manufatureira do país: “Assim como a manufatura só prospera pela conjugação das forças produtivas dos indivíduos. Também qualquer manufatura só prospera pela conjugação de sua produção com outras espécies de manufaturas” (LIST, 1983: 109).

Como a indústria mecânica precisa de mineração e metalurgia, é melhor que as metalúrgicas estejam dentro do país para agilizar e baratear o transporte da matéria-prima à fábrica. Quanto mais próximo o intercâmbio de trocas entre manufaturas, mais eficiente e independente de outras nações será a produção industrial de um país; quanto mais setores ela

abarcam, mais completa ela será. Se uma região do país produz melhor um tipo de produto e outra região do país produz outro tipo, a nação como um todo terá diferentes tipos de produtos que precisa.

Para Smith, se uma nação produz melhor um tipo de produto e outra nação produz melhor outros tipos, elas devem trocar entre si o que produzem. E não tentar produzir aquilo que é difícil, devem produzir apenas o que têm mais facilidade.

Desenvolvimento Orgânico da Segunda Fase da Revolução Industrial Inglesa

Neste subitem serão abordadas as considerações de Alonso sobre a industrialização inglesa, americana e alemã:

Na Inglaterra ao se desenvolver totalmente a indústria têxtil, iniciou-se a construção ferroviária. Os setores produtores de meios de produção, máquinas iam assumindo a liderança da expansão econômica. Metalurgia, mecânica e mineração iam dinamizando os setores produtores de meios de consumo que iam sendo relegados à posição subordinada (ALONSO, 2003: 177-178).

A tecnologia para a construção ferroviária era simples se comparada à tecnologia da Segunda Revolução Industrial e devido a essa simplicidade era dominada e produzida por homens práticos. Assim ela podia ser difundida por trabalhadores e logo seu uso se generalizava pelo aparelho produtivo através de pequenos aperfeiçoamentos da tecnologia antiga. Não havia mecanismos que protegessem as empresas inovadoras contra a concorrência, pois, como as tecnologias eram baratas, logo, outras empresas com pequeno capital poderiam adotá-las. Então surgiam novas empresas com pequeno montante de capital, o capital não se concentrava tanto, ele se distribuía em um número maior de empresas. Continuava a predominar, na estrutura produtiva britânica, a empresa familiar, cujo crescimento era financiado através do reinvestimento dos próprios lucros. Os lucros da indústria têxtil podiam ser canalizados para a construção de ferrovias, porque já não havia mais demanda por um aumento na produção têxtil. Os lucros excedentes na produção têxtil podem ser canalizados para novos ramos industriais: metalúrgica, mecânica e mineração:

Mas a construção ferroviária exigiu o abandono de formas tradicionais de organização das empresas. Ela demandava recursos em escala que não podia ser alcançada por capitalistas individuais. Mas esse capital era o desdobramento de capitais antigos. As ações das companhias eram vendidas em bolsa e compradas por capitalistas já estabelecidos. A indústria podia

ampliar-se e investir em novas tecnologias sem precisar de crédito do governo ou de Bancos de Investimento (ALONSO, 2003: 180-181).

Os recursos da acumulação mercantil e agrícola foram usados na criação da manufatura nacional e, como essa manufatura foi a pioneira, ela não encontrava concorrentes mundiais que a pressionassem para crescer aceleradamente.

As manufaturas cresciam aos poucos reinvestindo os próprios lucros e não precisavam de empréstimos do estrangeiro. Não era preciso grandes empréstimos para o avanço tecnológico, pois esse avanço ocorreu passo a passo, gradualmente investindo os próprios lucros. Não havia concorrentes estrangeiros com tecnologias mais avançadas que a inglesa, pois a manufatura inglesa era a pioneira e a mais desenvolvida do mundo. Ela ditava seu próprio ritmo e não seguia um ritmo de crescimento internacional.

Por isso, Adam Smith diz que a capacidade de investimento e trabalho individuais é suficiente para trazer o desenvolvimento industrial à nação. Por que na Inglaterra, foi o que ocorreu.

A indústria se desenvolveu através dos lucros que foram reinvestidos na ampliação da produção e na criação de novas tecnologias. Houve um longo processo de acumulação primitiva que permitiu que os capitais fossem acumulados aos poucos e o avanço tecnológico aumentasse na medida do crescimento desses capitais, sem necessidade de investimento do governo na indústria ou de importação de capital estrangeiro. Por esse motivo, Adam Smith afirmava que a interferência do Estado na economia não é necessária.

Difusão da Industrialização

A livre concorrência operava dentro da economia inglesa, havia um grande número de empresas com capitais médios e pequenos que eram acumulados e se transformavam em empresas maiores. Havia entrada de novas empresas no mercado, pois conseguiam crédito. Não havia monopólios que impedissem a entrada de novas empresas. Por isso a burguesia industrial defendia o liberalismo econômico:

Desde o século XVII havia o combate aos privilégios e monopólios dentro da economia inglesa. A luta política dos industrialistas desde o surgimento da grande indústria passou a defender no campo das relações internacionais o livre fluxo de capitais, mercadorias e mão-de-obra. Para que as relações econômicas entre diferentes nações fossem reguladas pela livre concorrência do mesmo modo que a livre concorrência operava dentro da economia inglesa.

(...)

Ao fim das guerras napoleônicas e completando o processo de Revolução Industrial, no período de paz que se seguiu, a Inglaterra tinha um aparelho industrial incomparável ao de qualquer outra nação, por isso a Inglaterra podia dispensar o protecionismo, nenhum outro país podia concorrer com ela (ALONSO, 2003: 182-183).

O industrialismo defendia a importação de alimentos e matérias-primas a baixos preços e a abertura de mercados externos para a indústria. As matérias-primas e alimentos baratos reduziram o custo de produção dos produtos industriais e os salários dos trabalhadores, o que aumentaria os lucros e a acumulação de capital das empresas, e serviria para criar mercados no estrangeiro para a indústria britânica. O poder de compra gerado no exterior pelas exportações de alimentos e matérias-primas seria destinado a adquirir produtos da indústria. Os outros países exportavam alimentos e matérias-primas para a Inglaterra e importavam os manufaturados dela, pois ela era a única nação industrializada.

Por isso, a Inglaterra defendia o livre comércio, pois era hegemônica industrialmente, mas o livre comércio contrariava os interesses dos representantes das colônias britânicas no Parlamento. Aos industrialistas era conveniente que as importações viessem de qualquer país e que aumentasse a concorrência entre os países para fornecer produtos agrícolas e matérias-primas mais baratas para a Inglaterra. Mas os comerciantes das colônias não queriam novos concorrentes para os seus produtos e defendiam o pacto de exclusividade com a metrópole, e também só podiam comprar os produtos industriais da metrópole. Essa posição era defendida por mercadores, banqueiros e traficantes de escravos, e foi criticada por Adam Smith, como mostrado no capítulo anterior.

Em fins da década de 1840 são rompidos os laços coloniais. Os bloqueios do comércio internacional, devido às guerras napoleônicas, haviam levado o comércio exterior inglês a se orientar para áreas coloniais como a América Latina.

Com o fim das guerras e a crescente importância de indústrias de bens de produção, na pauta da exportação ganham importância os bens de produção: ferro, carvão e máquinas em detrimento dos têxteis e bens de consumo. Estados Unidos e Europa se tornavam os principais parceiros comerciais da Inglaterra. Era interessante para esses países o livre comércio com a Inglaterra, pois iam dinamizando suas economias e o capital bancário inglês emprestava dinheiro para que construíssem obras de infra-estrutura e se modernizassem. Dessa forma, a Inglaterra exportava produtos industriais, capitais e material ferroviário, e importava alimentos.

Para Estados Unidos e Europa, a importação de máquinas, capitais e tecnologias poderia acelerar seus processos de industrialização interna. Essa articulação de interesses favorecia a economia britânica, que aumentava suas exportações de bens de capital. E favorecia o desenvolvimento da industrialização dos Estados Unidos e Europa, o que fez crescer o número de defensores do livre comércio e o abandono das práticas mercantilistas, pois a tendência à redução de tarifas alfandegárias foi generalizada.

A acumulação de capitais na Inglaterra aumentava as importações de produtos agrícolas e matérias-primas e isso criava poder de compra no exterior para que os outros países importassem produtos industriais britânicos e para importarem os capitais para construir obras de infraestrutura (ALONSO, 2003: 197).

Esse período foi a pax britânica, um período em que predominou o livre comércio internacional.

Alonso relata fatos históricos da industrialização que comprovam as teorias de List

Alonso relata que, nessa etapa concorrencial do capitalismo, foram impulsionados processos de industrialização nos países onde existiam condições internas propícias, como Estados Unidos e Alemanha.

Nos Estados Unidos e Alemanha, a indústria têxtil foi incapaz de desencadear a industrialização, pois a indústria têxtil inglesa dominava o mercado mundial. Não era possível a esses países aumentarem suas exportações da indústria têxtil que criaram, pois já havia a indústria têxtil inglesa que exportava para o mundo inteiro, pois produzia os melhores artigos, os mais competitivos.

Se não era possível à Alemanha e aos Estados Unidos competirem com a indústria têxtil inglesa em escala mundial, não era possível, então, que as indústrias têxteis desses países gerassem lucros excedentes que servissem para financiar a construção de ferrovias. Desse modo, não era possível para França, Alemanha e Estados Unidos alcançar o desenvolvimento industrial inglês que já estava na fase de construção ferroviária, utilizando apenas os lucros das indústrias têxteis, apenas capital particular.

Era preciso que França, Alemanha e Estados Unidos acelerassem suas industrializações criando formas de financiamento para o investimento na construção de ferrovias. Nesses países houve a intervenção do Estado acelerando o desenvolvimento

industrial, como afirmou List. Não foi possível que os capitais particulares sozinhos promovessem a industrialização, como afirmou Smith.

Na Inglaterra, a indústria de bens de consumo gerou mercado consumidor e mão-de-obra para bens de consumo, até o momento em que as indústrias de bens de consumo geram lucros excedentes para ser investidos nas indústrias de bens-de-capital.

Nos Estados Unidos, França e Alemanha, a ferrovia gerou a demanda pelas indústrias de máquinas, ferro e carvão, antes que o mercado de bens de consumo estivesse totalmente desenvolvido, e antes que as indústrias de bens de consumo, como a têxtil, gerassem lucros excedentes para serem aplicados na construção de ferrovias. Então, nesses países, já havia grandes indústrias metalúrgicas e mecânicas convivendo com formas arcaicas de indústria têxtil, pois não era possível esperar que a indústria têxtil se modernizasse e crescesse, era preciso alcançar o desenvolvimento inglês.

Nos Estados Unidos, França e Alemanha, nos momentos anteriores à construção ferroviária, a tecnologia dominante ainda era artesanal ou manufatureira. Os mercados eram reduzidos e os volumes de capitais individuais pequenos e incompatíveis com as grandes exigências de capital inicial para a criação das grandes indústrias de bens de capital. Então, como foi possível que essas nações incorporassem todos os avanços técnicos da Inglaterra?

Na verdade, tecnologia do ciclo ferroviário inglês, do carvão, ferro e vapor eram desdobramentos da 1ª Revolução Industrial. Eram tecnologias simples aperfeiçoadas por operários. Em países como Estados Unidos, França e Alemanha, já havia prévia acumulação de capitais, técnicas manufatureiras e divisão social do trabalho, permitindo que, diante da construção ferroviária, a estrutura produtiva já existente incorporasse métodos ingleses de produção. Os operários especializados assimilavam as técnicas inglesas e as ferrovias integravam o mercado interno desses países. Inicialmente, eles importavam as máquinas, depois passaram a fabricá-las eles mesmos, e havia emigração de operários ingleses para ensinar os operários desses países as novas técnicas.

Na Inglaterra, os investimentos para as ferrovias vieram dos lucros excedentes da indústria têxtil. Mas se nos Estados Unidos, na França e na Alemanha a produção têxtil era manufatureira e arcaica, de onde vieram então os grandes capitais necessários às ferrovias?

Veio através da ação do Estado, que estimulava a formação de Companhias Ferroviárias, para que os investidores das atividades pré-industriais investissem nelas, fornecendo crédito, estabelecendo um plano nacional de transportes ou construindo as ferrovias com verbas estatais. A importação de capital inglês também foi importante, através de empréstimos. Os Bancos de Investimento forneciam créditos a longo prazo para a

construção de ferrovias e a criação de indústria pesada. O sistema bancário pôde reunir vários capitais individuais e direcioná-los para as atividades industriais de ponta.

Podemos perceber que esses fatos relatados por Alonso relata no livro *Processos de Industrialização; do Capitalismo Originário ao Atrasado* (Alonso, 2003: 216-217) colaboram para a confirmação das teorias de List.

Nos Estados Unidos e na França esses mecanismos foram usados mais em obras de infra-estrutura. Na Alemanha foram usados nas obras e na implantação de indústrias.

Nesse sentido, os argumentos de List sobre a necessidade de o governo criar formas de investimento para a indústria, fazer obras de infra-estrutura e usar o protecionismo para que nações menos adiantadas alcancem as mais desenvolvidas, se confirmaram. Ao acabar o processo de industrialização, a estrutura econômica dos Estados Unidos, França e Alemanha era semelhante à da Inglaterra. Eles possuíam aparelho produtivo integrado, sistema bancário avançado e moderno sistema de transportes e infra-estrutura:

Essa difusão de capitalismo pelo mundo foi possível devido às características do capitalismo concorrencial do século XIX. Ainda não havia monopólios industriais que impedissem a concorrência, a tecnologia era menos complexa e o governo criou formas de financiamento. Nessa etapa, a centralização de capitais necessário aos investimentos não oferecia obstáculos ao surgimento de novos capitais industriais devido as reduzidas escalas de produção. Esses mesmos fatores que atuavam no interior da economia britânica permitindo que novos capitais se formassem, essa concorrência entre capitais podia ocorrer também no plano internacional. Novos países industrializados surgem e a concorrência entre eles, permite que o monopólio da indústria inglesa seja rompido (ALONSO, 2003: 229).

Para Alonso esta é a complementaridade restrita, porque a complementaridade ocorreu até o momento em que a exportação de produtos primários por Estados Unidos, França e Alemanha – bem como e a importação de máquinas e capitais da Inglaterra – começou a impulsionar a industrialização desses países e a transformar a complementaridade em concorrência. Esses países passaram a concorrer com a Inglaterra, pois alcançaram o grau de desenvolvimento inglês.

Foi o que List afirmou que aconteceria se nações exportadoras agrícolas adotassem o protecionismo. A nação agrícola, no início, poderia usar a exportação de seus produtos para gerar recursos a serem usados na criação de indústrias. Após as indústrias terem sido criadas, deve-se adotar o protecionismo para que elas não sofram concorrência estrangeira e a qualidade de seus produtos se aperfeiçoe. Após alcançar o grau tecnológico e de qualidade e

baixo preço dos produtos industrializados, a nação pode retornar ao livre comércio, pois já tem condições de concorrer no mercado.

Mercantilização das Colônias Americanas: acumulação de capital para industrialização.

No sul dos Estados Unidos dominava a exploração escravista, os colonos cultivavam anil, arroz e tabaco, e essas atividades não concorriam com a agricultura inglesa e tinham demanda na Europa. Os mercadores britânicos financiavam, através dos lucros que cresciam, a compra de bens de produção e escravos, e assim subordinavam os produtores das colônias do sul.

Na Inglaterra, a desarticulação do feudalismo, o avanço da proletarianização, e as perseguições religiosas provocaram fluxo migratório desses antigos produtores independentes para as colônias do norte. Nas colônias do norte o clima não era propício à produção de produtos agrícolas tropicais e exóticos que tivessem demanda na Europa. O capital comercial metropolitano não se interessava pelas colônias de povoamento, e nelas não foi financiada a compra de escravos. Então, nas colônias do norte predominavam a pequena propriedade.

Na Europa, os pequenos produtores imigravam para as colônias do norte dos Estados Unidos e levavam com eles as técnicas da agricultura e do artesanato que praticavam na Europa. Esses imigrantes passam a organizar a pequena propriedade independente, camponesa e artesanal, existindo, portanto, semelhanças entre a sociedade européia resultante da crise do feudalismo e a sociedade norte-americana.

A estrutura social fundada na pequena produção é propícia ao processo de mercantilização da economia, ao desenvolvimento do capital comercial e à divisão do trabalho. E essas são pré-condições para a industrialização capitalista. A pequena propriedade vendia seus excedentes e comprava produtos artesanais e manufaturados, estabelecendo o intercâmbio campo-cidade, com a instalação da indústria doméstica no campo. Essas atividades artesanais e manufatureiras, ainda que produzindo produtos de menor qualidade, geraram uma camada de trabalhadores especializados, que posteriormente absorveriam as técnicas inglesas da Revolução Industrial.

Os mercadores do norte vendiam madeiras, alimentos e compravam nas Antilhas açúcar, exportavam rum e tabaco para a África, de onde traziam escravos para as colônias do sul, e também exportavam alimentos e madeiras para o sul da Europa, onde compravam vinhos e frutas que exportavam para a Inglaterra. As relações que as colônias de povoamento

mantinham com o mercado mundial não eram subordinadas, pois esse capital não se desenvolvia apenas em relação à metrópole, mas também em circuitos internacionais, concorrendo com o capital comercial metropolitano. Era um processo de acumulação primitiva das colônias do Norte, que impulsionava o desenvolvimento manufatureiro:

As colônias do Sul tinham seu desenvolvimento dirigido pela metrópole, mas as colônias do Norte tinham dinâmica própria. As colônias do Sul objetivavam a valorização do capital metropolitano investido nelas. As colônias do Norte criavam um capital comercial próprio garantido pelo crescimento da produção manufatureira e agrícola local. Pois não houve investimento do capital metropolitano nas colônias do norte (ALONSO, 2003: 208).

A legislação metropolitana que restringia as atividades comerciais e manufatureiras era burlada, e isso começa a incomodar a metrópole e ela começa a exigir o cumprimento das proibições à produção manufatureira. A Guerra de independência lutou não apenas contra os laços coloniais, mas contra a oligarquia que era privilegiada pelos laços com a metrópole, comerciantes privilegiados, especuladores de terras etc.

Para que a produção industrial se desenvolvesse era necessário o apoio do governo e isso foi conquistado pelas guerras de independência. O governo federal apoiou o capital comercial e a produção mercantil, estreitando relações com as Antilhas, América do Sul e Oriente e países ao Sul da Europa, sendo as manufaturas protegidas por tarifas. Nesse contexto, a construção naval, mineração, metalúrgica e indústrias têxteis se desenvolveram.

Industrialização Americana

Nos Estados Unidos houve a expansão da agricultura para o Oeste. Esta agricultura mercantil ampliava mercados para a indústria nacional e através da exportação de artigos primários permitia a importação de meios de produção para a indústria. A produção exportadora de algodão do sul era controlada por comerciantes e banqueiros do Nordeste do país. Permitindo a acumulação de capitais que podiam ser canalizados para a indústria nascente, a construção ferroviária era impulsionada pela colonização e a produção mercantil agrícola era possibilitada pela estrada de ferro. O uso de avançadas técnicas agrícolas permitia que se produzissem excedentes agrícolas a baixos preços, o que possibilitou aos trabalhadores da indústria consumirem bastante, estimulando o crescimento da população.

Assim como List afirmou que, com desenvolvimento da indústria, a agricultura é estimulada a produzir, para o mercado interno, tanto os alimentos para a população que sai do campo e vai para as cidades trabalhar nas indústrias, como também as matérias-primas agrícolas demandadas pelas indústrias. Quanto mais modernizada fosse a agricultura, mais excedentes ela poderia produzir. Como afirmou List, um país industrializado estimula a agricultura a adotar técnicas mais modernas e ela deixa de ser agricultura apenas de exportação e passa a produzir para o mercado interno. Isso estimula os transportes e as comunicações e a ferrovia passa a integrar as diferentes regiões do país, facilitando o intercâmbio campo-cidade. Quanto mais a agricultura produz, mais ela terá a oferecer à cidade e mais estimulará o crescimento da população que serve de mão-de-obra para as indústrias que, ao crescerem, geram empregos e crescimento dos salários e fortalecimento do mercado interno.

A Importância da Unificação da Alemanha para Friedrich List

List previa que a unificação política da Alemanha era importante: “A cada dia que passa, é imperioso que os governos e a população da Alemanha se conscientizem que a unidade nacional é a rocha sobre a qual deve fundar-se o edifício de seu bem estar” (LIST, 1983: 270).

Para List, as vantagens da anexação desses pequenos estados à União são que eles poderiam desenvolver a atividade manufatureira, os meios de transporte interno, a navegação, e o comércio exterior da Alemanha, no grau da intensidade que uma política econômica nacional poderia desenvolver, de acordo com os recursos da nação. E cresceria o desejo desses pequenos estados de participar desses benefícios. O comércio e a prosperidade desses pequenos estados independentes aumentaria em sua relação de comércio interno na nação alemã e não com nações estrangeiras. As cidades Hanseáticas, como Hamburgo e Bremen, deviam ser em relação à nação alemã o que Nova York é para os Estados Unidos e o que Londres é para Inglaterra. A união garantiria a essas cidades mercantis sua prosperidade e progresso à medida que elas criassem frota marítima própria. E isso estimularia sua indústria e comércio. Uma União de Estados com 35 milhões de habitantes e com um aumento populacional de 1,5% ao ano poderia industrializar-se e difundir o capitalismo industrial, bem como ter colônias.

Mas List afirmava que a Inglaterra não queria que a Alemanha se unificasse, pois temia a potência industrial que poderia surgir dessa união.

A Inglaterra enviava relatórios às cidades mais prósperas dizendo que, se elas fizessem parte do corpo da nação alemã, fariam rivalidade comercial e entrariam em competição. Mas, para List, esses pequenos estados separados têm pouco poder econômico e político. No entanto, se eles se unirem, podem formar uma grande nação através do comércio mercantil, aquisição de colônias e criação e protecionismo às manufaturas. Para esses pequenos estados, é muito mais vantajoso fazerem parte de uma grande nação que possa alcançar o desenvolvimento inglês do que continuar sendo pequenos Estados comerciais marítimos que ainda dependem da atividade manufatureira inglesa para fazer transporte de mercadorias.

Pois, como foi dito por List durante o bloqueio Continental de Napoleão, houve progresso das manufaturas alemãs, pois a manufatura alemã ficou livre da concorrência inglesa. Mas, após o fim do bloqueio, com o retorno da paz, a manufatura inglesa entrou novamente em concorrência com a alemã, pois durante o bloqueio a manufatura inglesa se desenvolveu, e a alemã não era capaz de concorrer com ela. A Inglaterra não queria a unificação da Alemanha, pois, se a criação do Zollverein, o mercado comum alemão que aboliu as tarifas aduaneiras internas entre os vários estados alemães e uniu a Alemanha numa associação alfandegária, fez desenvolver a agricultura, indústria e comércio, então a unificação política do território contribuiria ainda mais para o desenvolvimento da manufatura alemã para que ela alcançasse o desenvolvimento da manufatura inglesa. E foi isso que ocorreu.

Mesmo com a união comercial entre os Estados alemães, ainda havia pouca oportunidade para que a classe média criasse indústrias, pois ela era reduzida em número e em poder econômico e político, e os pequenos principados e estados independentes eram governados por uma nobreza rural que não estimulava o crescimento das cidades e indústrias. Era preciso unificar politicamente a nação para estabelecer um governo central que promovesse a industrialização, a integração do mercado interno e dos transportes entre as diferentes partes do território, pois a falta de unidade da nação a enfraquecia no tratamento com as nações estrangeiras. Separados, os estados tinham pouca chance de se desenvolverem, mas unidos poderiam ser governados por uma política de crescimento industrial, e foi isso que Bismarck fez.

O comércio das cidades hanseáticas não era um comércio nacional, ele apenas fazia o transporte de mercadorias estrangeiras, enquanto as cidades disputavam entre si o comércio seguindo interesses individuais. Mas, se a Alemanha fosse industrializada, essas cidades poderiam transportar mercadorias produzidas no próprio país. Mas, quando a Inglaterra

excluiu os direitos dos hanseáticos em seu comércio, as cidades hanseáticas se uniram ao Zollverein.

Industrialização Alemã

O desenvolvimento alemão diferiu do modelo ocidental pela data tardia que se tornou uma nação estado unificada. A Alemanha esteve fragmentada em vários Estados. Isso favoreceu os privilégios sociais e econômicos de uma casta aristocrática, obstruiu a emancipação da classe média, era uma sociedade estratificada que não permitia a mobilidade social e a livre iniciativa (STACKELBERG, 2002: 46).

Não havia na Alemanha, as condições necessárias para que a classe média acumulasse capital e iniciasse o processo de industrialização, como na Inglaterra. Os fatos relatados por Stackelberg mostram que, ao contrário do que Adam Smith dizia, nem sempre é possível que a classe média inicie a industrialização sem ajuda do governo.

Então, na Alemanha, a classe média não tinha condições propícias para atuar com sua livre iniciativa e empreender as indústrias, como afirmou Adam Smith.

Foi criada a Confederação Alemã, reduzida a 39 estados, e os estados adotaram medidas para suprimir o movimento liberal que queria a unificação nacional. Frederico da Prússia mandou tropas para destruir o movimento liberal. Havia falta de concordância no lado liberal sobre a extensão das reformas democráticas. A base para a mudança liberal era pequena e desunida para sustentar o movimento revolucionário. A revolução teria que ser vitoriosa em todos os Estados, ou poderia ser vencida antes que se espalhasse. O movimento liberal burguês era pouco eficiente para superar o governo monárquico e unificar o país para promover a industrialização, a burguesia era reduzida em número, e não tinha poder econômico e político para derrotar a aristocracia agrária que não queria a unificação.

Bismarck foi eleito 1º ministro prussiano e, através de uma sucessão de guerras, ele conseguiu a unificação nacional. Os liberais prussianos aceitaram a política de poder de Bismarck, que era o conservadorismo monárquico à custa da diminuição do poder do Parlamento, pois era a única maneira de conseguir unificação.

Bismarck iniciou a industrialização com medidas protecionistas em benefício da agricultura e da indústria. A elite burguesa e a elite agrária se juntaram, houve aliança entre a grande indústria e a agricultura para excluir a concorrência externa do mercado interno através do protecionismo. Bismarck apoiou a formação de cartéis. O governo patrocinou e se

envolveu diretamente em diversos setores produtivos. As empresas do mesmo ramo combinavam preços, níveis de produção e quotas do mercado.

A burguesia e a elite agrária não se importavam se Bismarck concentrava todo o poder nas mãos e dava pouco poder ao Parlamento. As tarifas protecionistas, o crédito do governo e os estímulos à indústria trouxeram um grande desenvolvimento industrial ao país. A burguesia não tinha capital para criar indústrias de base que exigiam alto investimento e construir ferrovias, isso teve que ser feito pelo governo.

A história política e econômica da Alemanha mostrou que, às vezes, um país não tem uma classe média com poder econômico e político para trazer o desenvolvimento da indústria e modernizar o país. A classe média da Alemanha não passou pelo processo de acumulação primitiva por que havia passado a classe média inglesa. A Alemanha era dividida em vários Estados independentes, governados pelas aristocracias agrárias locais. A classe burguesa não se desenvolvia, pois o território não era unificado. Não havia um governo central que regulamentasse uma política econômica que favorecesse a criação de manufaturas no país e que essas leis valessem para todo território, até o momento em que Bismarck unifica o país e estabelece uma política econômica de apoio à criação de indústrias.

Na Inglaterra, houve precoce centralização do estado nacional, List atribui a isso uma das causas da precoce industrialização inglesa, mas na Alemanha esse processo demorou mais para ocorrer; apenas com a unificação a burguesia poderia acumular capital e investi-lo na manufatura, e o país deixaria de ser somente agrário.

Para Alonso, na Alemanha era mais necessária a ação do Estado que nos Estados Unidos, pois nos Estados Unidos houve um processo de acumulação primitiva parecido com o da Inglaterra. Os mercadores realizaram o comércio dos produtos agrícolas norte-americanos com outras partes do mundo, e isso gerou recursos para a criação de manufaturas, que iam reinvestindo os lucros no próprio crescimento e se tornando fábricas maiores. Coube ao Estado a criação de ferrovias e obras de infra-estrutura:

Na Alemanha a ação do Estado na centralização de capitais vai ser importante também no campo dos investimentos industriais. As antigas práticas mercantilistas de apoio as manufaturas não foram abandonadas e na primeira metade do século XIX ampliaram-se e diversificaram-se já que a própria indústria começava a receber amparo e estímulo do Estado (ALONSO, 2003: 223).

Na Prússia, a companhia de comércio Ultramarino funcionava como um verdadeiro banco de investimento oficial, pois formava empresas através de investimentos diretos nos

diversos ramos industriais, no ramo têxtil, metalurgia, mecânica e mineração, constituindo empresas que eram administradas pela própria companhia, ou fornecia crédito a empresas privadas. Os governos exploravam minas, construíam obras de infra-estrutura e investiam em manufaturas.

Mas essas manufaturas não conseguiam competir com a indústria têxtil inglesa no mercado externo. E o mercado interno ainda era pouco desenvolvido, pois a manufatura e a indústria doméstica estavam ainda em estágio de desenvolvimento arcaico. Não era possível à indústria de bens de consumo revolucionar a estrutura produtiva, ainda havia propriedades rurais de subsistência.

Importância das Ferrovias no Processo de Industrialização

As ferrovias foram construídas pelo governo quando as manufaturas estavam em estágio arcaico para acelerar o processo de industrialização para que Alemanha, França e Estados Unidos alcançassem o desenvolvimento da industrialização inglesa que já estava na fase das ferrovias. E foram construídas pelo governo porque a classe média não tinha capital para construí-las, já que as manufaturas estavam em fase arcaica e não haviam crescido e gerado lucros suficientes para a construção de ferrovias.

Então, para Alonso, na Alemanha, França e Estados Unidos foram os impactos da construção ferroviária que possibilitaram a precipitação dos processos de industrialização. Não foi possível às indústrias têxteis crescerem e gerarem lucros excedentes para serem usados na construção de ferrovias, como ocorreu na Inglaterra, por isso elas foram construídas pelo governo, ou com ajuda dele.

Então, a iniciativa privada sozinha não conseguiu avançar para a criação de indústrias de bens-de-capital, ao contrário do que afirmava Adam Smith, que dizia não ser preciso a intervenção do Estado para a industrialização:

Os mercados antes isolados foram integrados, nos Estados Unidos França e Alemanha, a penetração da ferrovia em áreas agrícolas auto-suficientes estimulava a agricultura mercantil e transportava também a produção industrial. Na Inglaterra a integração do mercado nacional foi realizada por canais e navegação costeira antes da construção de ferrovias. Nos países continentais a integração do mercado interno só foi possível com a ferrovia.

(...)

Os salários pagos aos trabalhadores da construção ferroviária criaram mercado para as indústrias de bens de consumo. Os trabalhadores da ferrovia consumiam os produtos da indústria têxtil. E o principal impacto da ferrovia

foi a ampliação de mercados para bens de produção, ferro, carvão e máquinas. A metalurgia, mecânica e mineração passaram a ter demanda. Na Alemanha as estradas de ferro compraram metade da produção das indústrias de ferro, a qual consumia 1/3 do carvão e o carvão era transportado nas próprias estradas de ferro (ALONSO, 2003: 217-218).

Mas esses países não se industrializaram apenas devido à construção de estradas de ferro, pois houve países que receberam as estradas de ferro, como o Brasil, e não foram industrializados naquele momento. No Brasil, a ferrovia serviu inicialmente para transportar café. Já havia na Alemanha, França e Estados Unidos, um comércio mercantil e atividade manufatureira que foram estimulados pela estrada de ferro.

Segunda Revolução Industrial

A partir da década de 1870, começava a se desenvolver a 2ª revolução industrial. Surge um novo padrão tecnológico, o aço, eletricidade, motor a combustão interna, química pesada etc. Essa nova tecnologia já não era produzida e difundida por homens práticos, mas resultava da aplicação de conhecimentos científicos. A pesquisa tecnológica começava a ser desenvolvida dentro das grandes empresas que surgiam. Os bancos financiavam as empresas e ferrovias, as empresas que conseguem financiamento dos bancos vão se expandindo e compram as empresas que não conseguem financiamento e que não conseguem investir nas novas tecnologias que são caras. Os donos de bancos compram indústrias, avança a concentração de capital.

Na Alemanha, o próprio surgimento do capital industrial dependeu da ação dos bancos de investimentos e essa estreita relação entre bancos e indústrias permitiu um rápido processo de concentração de capitais. Os cartéis tinham o apoio do crédito dos bancos e proteção da legislação alemã. Então os cartéis iam eliminando os concorrentes menores. Já que a iniciativa privada não tinha capitais para criar as indústrias, o governo criou indústrias e bancos que financiam indústrias. Desse modo, a indústria já nasce ligada a bancos. Também nos Estados Unidos houve rápida monopolização do capital, apesar das leis anti-truste.

Antes da Grande Depressão, os investidores ingleses, atraídos pelos altos lucros das ferrovias, investiram seus capitais na construção delas sem que houvesse necessidade de construir tantas ferrovias. Eles acreditavam que a Inglaterra continuaria sendo a principal potência industrial, mas quando a Inglaterra é ultrapassada por Estados Unidos e Alemanha, a

Inglaterra perde mercados para exportação de bens de capital e os investimentos feitos na ferrovia foram perdidos. Após ser implantada a industrialização nos Estados Unidos e Alemanha, esses países deixam de ser importadores da economia inglesa e passam a competir com ela.

A Inglaterra foi ultrapassada por outros países no desenvolvimento industrial

Para Hobsbawm, a explicação para esse atraso inglês é que a Inglaterra tinha uma camada de capitalistas em que faltava impulso para manter o ritmo constante de progresso. A pequena firma familiar que constituía o tipo característico de empresa estava imunizada contra o crescimento excessivo que trazia risco de perda de controle por parte da família. Cada geração tornava-se menos empreendedora que a anterior, tinha menor necessidade e não queria arriscar a fortuna acumulada por anos de trabalho da família em novos projetos científicos revolucionários que poderiam ser arriscados:

As pequenas firmas familiares com pequeno investimento eram muito seguras, pois traziam a certeza de lucro garantido. Isso parecia mais compensador que investir em tecnologias novas, que exigem alto investimento e cujo retorno ainda não era conhecido. Um homem que tivesse trabalhado para ter sua empresa poderia viver com tranquilidade, os riscos de falência eram pequenos (HOBBSAWM, 2003: 170).

Numa economia capitalista, os empresários só são dinâmicos na medida em que o dinamismo for compensador para eles individualmente, segundo o critério da firma individual, que consiste em maximizar os ganhos e minimizar as perdas. O que cada empresário julgou ser o melhor para ele e sua empresa, que era não arriscar seus capitais em novos investimentos e técnicas, foi um fator de estagnação para a economia inglesa como um todo.

Como List havia afirmado, o que é bom para os capitalistas individualmente, nem sempre é bom para a nação como um todo. Seria bom se a Inglaterra avançasse para formas de industrialização novas como os Estados Unidos e Alemanha, mas isso não era vantajoso para os capitalistas individualmente, era arriscado para os capitalistas ingleses que preferiam as formas tradicionais de organização das empresas.

Às vezes é preciso o investimento estatal, ou o estímulo do Estado, para que as empresas adotem novos padrões tecnológicos, fornecendo crédito, adotando protecionismo e

fazendo investimentos em tecnologia e infra-estrutura. Foi isso que os Estados Unidos e a Alemanha fizeram e que faltou à Inglaterra. Pois o empresário individual só é levado a investir novas tecnologias se elas parecem lucrativas, e para que algumas formas novas de produzir sejam adotadas, às vezes elas precisam de incentivo do estado, por serem inicialmente dispendiosas e arriscadas. Às vezes decisões individuais dos capitalistas não resultam em desenvolvimento industrial para toda nação, ao contrário do que afirmava Adam Smith. É preciso que o governo pense no benefício do país como um todo, pois os capitalistas só pensam em seus interesses particulares, como afirmava List.

Para Hobsbawm, o pioneirismo industrial inglês ocorreu em condições especiais, que não poderiam ser mantidas com métodos e técnicas simples e baratos. Essa indústria gerou grandes lucros, que foram, no entanto, ultrapassados pelas técnicas industriais dos Estados Unidos e da Alemanha:

Quando a indústria inglesa se iniciou, para o capitalista individual era fácil investir nela, as tecnologias eram simples e o lucro era garantido. Mas mudar desse padrão velho para um novo padrão era caro e difícil por que implicava a renúncia a velhos investimentos ainda capazes de render bons lucros. Era difícil por que exigia um acordo para a racionalização de grande número de firmas individuais que não saberiam o resultado disso. Enquanto a decisão de modernizar tivesse que surgir da soma total das decisões das firmas individuais o incentivo para a mudança seria pequeno (HOBSBAWM, 2003: 174).

Adam Smith considerou que a iniciativa privada sozinha sabe qual o melhor investimento a fazer, e isso resultaria em benefício para toda nação. Mas isso não ocorreu na Inglaterra no período da 2ª Revolução Industrial.

A Grã Bretanha não quis adotar o protecionismo nem seguir o caminho da formação de trustes e cartéis para se modernizar. A indústria inglesa tinha investimentos altos aplicados em antigos processos industriais e não queria adotar os novos métodos, pois os antigos ainda davam lucro, ela não investia na pesquisa científica. “A grande depressão fechou a longa era do liberalismo econômico. As tarifas protecionistas se tornaram elemento permanente no cenário econômico internacional” (HOBSBAWM, 2003: 63).

Hobsbawm tem uma opinião semelhante à de List: para ele, apesar do Título do livro de Adam Smith, *A Riqueza da Nações*, o lugar da nação como unidade não era claro na teoria do liberalismo, cujas peças básicas eram o indivíduo e a empresa movidos pelo desejo de lucros, que operariam no mercado mundial, idealmente sem fronteiras. O liberalismo não deixava espaço para o Estado:

Essas teorias pareciam razoáveis pois o que fazia as economias funcionarem e crescerem eram as decisões individuais. Mas por outro lado, a economia capitalista só pode ser mundial. O capitalismo precisa de ação individual dos empresários movidos pela busca de lucro que procuram modernizar suas empresas e ampliar suas produções. Esse conjunto de empresários faz a economia do país avançar e se desenvolver, mas o Estado não pode deixar a economia controlando a si mesma (HOBBSBAWM, 2003: 66).

Como afirmou List, o Estado precisa defender os interesses econômicos da nação como um todo, pois o Estado sabe que medidas tomar para proteger as indústrias do país. E às vezes, como se viu, o que é bom para os investidores individualmente não é bom para o país como todo. As medidas econômicas do Estado podem não atender necessidades imediatas dos empresários, mas podem tornar a nação competitiva no mercado mundial. E muitas vezes as empresas precisam de medidas protecionistas para que o país se industrialize e não permaneça somente agrícola.

No comércio internacional não ocorre apenas a complementaridade de interesses. Há também a rivalidade. A Teoria Liberal diz que países que produzem determinadas mercadorias a baixo custo devem exportá-las para países onde essas mercadorias são caras e escassas e importar de outros países mercadorias que não conseguem produzir nacionalmente.

Se isso for deixado ao livre comércio, algumas nações se beneficiarão, outras não. A indústria britânica aceitava o livre comércio, pois tinha a hegemonia industrial. Adam Smith defendia o livre comércio nesse período de hegemonia industrial inglesa; quando Alemanha e Estados Unidos se industrializam, adotam o protecionismo, tornando-se economias rivais para a Inglaterra. As indústrias da Alemanha e Estados Unidos precisavam da intervenção do governo para conseguir áreas de influência para exportar os produtos de suas empresas, ou abrir filiais nos países subdesenvolvidos. Ao contrário do que afirmava Smith, a intervenção do Estado é necessária para a iniciativa privada, a concorrência entre empresas se transforma na concorrência entre nações. Não havia harmonia de interesses trazida pelo livre comércio, havia disputa das nações por mercados para suas indústrias.

Como afirmou List, países diferentes têm interesses diferentes e por isso adotam políticas econômicas que atendem aos interesses nacionais específicos. Às vezes os interesses de uma nação são contrários aos interesses de outra, ao contrário do que dizia Smith, que acreditava poder haver uma harmonia de interesses proporcionada pelos benefícios trazidos pelo livre comércio. Os países desenvolvidos, como Estados Unidos, Alemanha e França, adotavam o protecionismo em relação à Inglaterra e em relação uns aos outros. Restava a eles enviar seus capitais para o mundo subdesenvolvido, que não havia sido industrializado,

porque eles protegiam suas empresas da concorrência estrangeira, assim como List previu que aconteceria, de acordo com Hobsbawm:

Na prática esse modelo liberal era inadequado, a economia capitalista mundial era formada por um conjunto de blocos sólidos, mas também fluidos. As economias nacionais existem por que as nações estado existiam. Há atividades econômicas como as finanças internacionais que são cosmopolitas. Mas mesmo assim, essas empresas transnacionais se vincularam a uma economia nacional importante.

(...)

O mundo desenvolvido não era só uma massa de “economias nacionais”. A industrialização e a depressão transformaram-nas em economias rivais. A concorrência ocorre não só entre empresas mas entre nações. O protecionismo expressava uma situação de concorrência econômica internacional (HOBSBAWM, 2003: 67-68).

Joseph Fontana relata no livro, *História: análise do passado e projeto social*, que Adam Smith pertence à escola econômica escocesa, que queria se contrapor à escola de pensadores da Revolução Francesa, a qual defendia a noção de luta de classes e de necessidade da abolição da propriedade privada e do retorno à produção agrícola comunal. A escola escocesa queria dar legitimidade ao capitalismo, mostrando-o como benéfico a todas as classes. Smith, seguindo a teoria dos quatro estágios de desenvolvimento histórico de Montesquieu, que colocava a História como uma evolução de caçadores, pastores, agricultores e comerciantes, elaborou uma teoria sobre o desenvolvimento histórico que trata a História como uma evolução desses estágios, em que o estágio de desenvolvimento mais elevado seria o capitalismo.

Smith elabora um mecanismo de funcionamento da economia que só mostra os benefícios do capitalismo, para ele tudo que é bom para o capitalista individualmente é bom para a nação como um todo. A vontade de ter um aumento de lucros faz o capitalista investir seus lucros no aumento da produção, e isso gera mais empregos e aumento de salários. O aumento de salários leva ao aumento do consumo das mercadorias e ao aumento ainda maior dos lucros do capitalista. O capitalista investe esses lucros na compra de máquinas e no aumento da produção, e isso permite produzir mercadorias em maior quantidade e em menos tempo, tornando as mercadorias mais baratas e acessíveis a todos. Então, para Smith, a vontade de ter lucros cada vez maiores faz o capitalista investi-los no aumento da produção, beneficiando todas as classes, pois se trata de uma iniciativa que gera emprego e aumento de salário, e industrializa o país.

Friedrich List mostra que, para que a vontade do capitalista de ter lucros atue de forma eficiente para a industrialização, é necessário o estímulo do Estado no caso de nações que

quisessem se industrializar depois da Inglaterra, pois teriam que acelerar seus processos de desenvolvimento industrial para alcançar o desenvolvimento inglês. E isso demanda muito capital, o que a burguesia desses países não tinha. Seria necessário, então, o investimento inicial do Estado para a criação de indústrias e de infra-estrutura.

Mas List trata do desenvolvimento industrial como se o simples fato de o país se industrializar fosse trazer benefícios a todas as classes dentro de um país. List trouxe uma noção nova para a época, a de que as nações podem ser exploradas umas pelas outras. Nações menos desenvolvidas industrialmente podem servir como exportadoras de produtos agrícolas para nações industrializadas, e importarem os produtos industrializados delas, e esse livre comércio pode prejudicar o desenvolvimento industrial das nações agrícolas. Essa relação acontecia entre Alemanha e Estados Unidos, que forneciam produtos agrícolas para a Inglaterra, mas que depois alcançaram desenvolvimento industrial maior que o inglês.

A noção de Adam Smith de que o livre comércio beneficia todas as nações era aceita no período em que predominou o livre comércio mundial. Era conveniente aos Estados Unidos e à Alemanha importarem as técnicas de industrialização inglesa e exportarem produtos agrícolas para a Inglaterra. Mas, quando Estados Unidos e Alemanha se industrializam, adotam o protecionismo em relação à Inglaterra, pois se tornam concorrentes dela, e a noção de harmonia de interesses entre as nações não é mais aceita. A noção de Economia Nacional e da necessidade de uma política econômica específica para cada nação de acordo com seu estágio de desenvolvimento industrial, recomendada por List, é colocada em prática.

Fontana relata também que List faz parte do historicismo alemão, que buscava uma alternativa à escola escocesa individualista de Adam Smith e à escola de pensadores da Revolução francesa. O historicismo alemão busca a coesão entre todas as classes sociais, defendendo a idéia de que o desenvolvimento da indústria nacional é trazido pelo Estado, e que cabe à população trabalhar e colaborar com o Estado, e não fazer Revoluções, pois se o país se desenvolver industrialmente, todas as classes serão beneficiadas.

A noção de luta de classes será recuperada por Karl Marx depois de List, pois Marx percebeu que, mesmo que uma nação se desenvolva industrialmente, esse desenvolvimento pode não ser benéfico a todas as classes. No caso da Alemanha, a burguesia foi beneficiada com o estímulo dado pelo Estado para a criação de manufaturas, e a aristocracia agrária também foi beneficiada, pois foi estimulada a produzir usando novas técnicas agrícolas para atender a demanda por produtos agrícolas que aumentava com o crescimento das cidades.

Dessa forma, as propriedades agrícolas continuaram concentradas em grandes latifúndios, e os trabalhadores não foram tão beneficiados quanto as elites.

Por isso Marx recupera a noção de luta de classes dos pensadores da Revolução Francesa, assim como a explicação do funcionamento da economia de Adam Smith, mas para mostrar as contradições do capitalismo e não para legitimá-lo.

Mas a contribuição de List está na noção de que as nações podem ser exploradas ou explorar umas às outras. Esse conceito serve para entender as atuais relações entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos. Quanto às relações entre diferentes classes no mesmo país, ela só é explicada mais tarde por Karl Marx.

CONCLUSÃO

O pensamento de Adam Smith foi um avanço para sua época. Smith percebeu que a “riqueza das nações” está no trabalho e não na acumulação do ouro e prata. Smith se baseia no fato de que nações que acumularam ouro e prata, como Espanha e Portugal, não conseguiram a mesma prosperidade que as nações que investiram trabalho e capital na criação de manufaturas, como a Inglaterra. Mas como Smith separa a Economia Nacional da Política Nacional, não oferece em seu livro *Riqueza das Nações* um plano de como os governos devem agir para promover essa riqueza e industrialização.

List parte dessa lacuna de Smith para criar sua obra *Sistema de economia Política*, em que traz as maneiras com que o governo pode atuar para industrializar um país que esteja em estágio agrícola.

Para Smith, a riqueza das nações vem a partir do trabalho de seus habitantes. Os habitantes da nação percebem que, ao empregar seu trabalho e capital produzindo mercadorias para as quais existe demanda dentro do país, eles terão lucros. E que, ao reinvestir esses lucros no crescimento da produção, eles vão aumentar esses lucros, pois vão produzir mais e vender mais. Isso será bom para o capitalista individualmente, que se enriquecerá. E será bom para o país como um todo, pois aumentarão os empregos gerados pelo aumento da produção e os salários gerados pela procura por mão-de-obra. Nesse contexto, o mercado consumidor cresce e a população também; o crescimento da população gera aumento da mão-de-obra, que é ao mesmo tempo o mercado consumidor.

Mas List percebeu que, para que tudo isso aconteça, as vezes é preciso a intervenção do Estado. Um país pode ser agrícola, e a elite desse país estar investindo na agricultura e tendo lucros com isso. Não vai ser interessante para a elite desse país investir em atividades industriais ou manufatureiras se essas atividades industriais novas tiverem que competir pelo mercado consumidor nacional com os produtos industriais de outros países. É preciso que o governo adote o protecionismo, protegendo a indústria nacional da concorrência da indústria estrangeira, uma vez que, no começo, os produtos da indústria nacional não têm a mesma qualidade de artigos da indústria estrangeira, pois a indústria estrangeira já se aperfeiçoou. Durante o período protecionista, a indústria nacional pode se aperfeiçoar e chegar à qualidade e ao preço baixo dos produtos estrangeiros. Após isso ocorrer, pode-se voltar ao livre comércio.

Também pode ocorrer que o país agrícola tenha uma burguesia que se interesse em investir na atividade industrial, mas não tenha capital para isso. Nesse caso, o governo deve fazer os investimentos iniciais, pois no início a burguesia é reduzida em número e em poder econômico. Ela pode iniciar manufaturas e indústrias de bens de consumo simples, mas pode não ter capital para criar indústrias de bens de capital, que exigem grande investimento.

Por exemplo, no Brasil, durante o governo de Getúlio Vargas, o país se dedicava à atividade agrícola de produzir café para a exportação e isso gerava grandes lucros. Mas, com a crise de 1929, as exportações de café diminuíram e a economia do país entrou em colapso, pois se baseava em um só produto para exportar. Era preciso diversificar a economia e investir em novas atividades produtivas. Por isso, Vargas, através de medidas protecionistas, protegeu as indústrias nacionais de bens de consumo da concorrência estrangeira, para que a burguesia se interessasse em investir nelas e tivesse um campo seguro de investimento. E o governo também investiu ele próprio na criação das indústrias de base pesadas, pois elas exigiam grande volume de capital que a burguesia nacional não tinha.

Mas o Brasil foi um país de industrialização tardia, a Inglaterra foi a pioneira na industrialização. Depois da industrialização inglesa vieram as industrializações de Estados Unidos, Alemanha e França..

Como dito anteriormente, a implantação da indústria têxtil mecanizada foi incapaz de desencadear o processo de industrialização nos Estados Unidos, França e Alemanha. Esses países não podiam concorrer com a indústria inglesa no mercado mundial. Os mercados nacionais também não haviam crescido, havia pequenas propriedades agrícolas e mercados locais que não se conectavam entre si por dificuldades de transporte, havendo pouca integração desses mercados nacionais. Não era possível, assim, que a indústria têxtil desses países gerasse lucros suficientes para a criação de indústrias de bens de capital e ferrovias, pois o mercado para a indústria têxtil era pequeno.

Nos Estados Unidos, França e Alemanha havia inadequação da poupança prévia, pois nesses países, antes da construção ferroviária, as atividades dominantes eram pré-industriais e não haviam acumulado capital. Esses problemas de financiamento foram resolvidos pelo Banco de Investimento. Então, pelo crédito do governo, ou através de Bancos de investimentos e sociedades por ações, esses países puderam alcançar o desenvolvimento inglês. Esses países foram obrigados, devido ao seu atraso, a criar formas de financiamento que não dependessem da acumulação de capitalistas individuais, pois a burguesia desse países tinha menos capital que a burguesia inglesa. Por isso, seus governos financiaram ou criaram indústrias e surgiram novas formas de financiamento, como os Bancos de Investimento.

Na Inglaterra, todavia, isso não ocorreu. Os capitais foram acumulados aos poucos, pois a indústria inglesa foi a pioneira. As empresas familiares não tinham ligação com os bancos, e investiam em atividades tradicionais, que foram ultrapassadas tecnologicamente pelos Estados Unidos e Alemanha.

A educação técnica e científica inglesa estava relegada ao desdém, enquanto Alemanha e Estados Unidos formavam grande número de engenheiros e cientistas por ano. Havia nos americanos e alemães o desejo nacionalista de se igualar aos britânicos. Isso foi uma das causas de fortalecimento da indústria alemã no tocante a pesquisas científicas. Mas a Inglaterra considerava que já havia chegado ao topo e o governo inglês não fez esforços para incentivar novas atividades industriais que usassem novas tecnologias. Isso também não era vantajoso aos capitalistas das empresas tradicionais britânicas, que não queriam assumir os riscos de investir em atividades desconhecidas e novas tecnologias, as quais exigiam grande investimento. Sendo assim, a indústria britânica permaneceu familiar e não se ligou a bancos, não assumiu a forma de cartéis e trustes e não investiu em novas tecnologias.

Como foi afirmado por List, às vezes o governo precisa ajudar a criar um capital tecnológico e científico através do estímulo e novas atividades industriais. Mas não houve esse incentivo na Inglaterra, restando a ela os mercados coloniais, já que ela havia perdido mercados nos países europeus e Estados Unidos.

Cada uma das potências queria evitar que uma parte excessiva do mundo subdesenvolvido caísse nas mãos de potências rivais. Por isso, a intervenção do Estado conseguindo essas áreas de influência no mundo subdesenvolvido, torna-se fundamental. As potências desenvolvidas adotavam o protecionismo umas em relação às outras, e só tinham o mundo subdesenvolvido para exportar seus capitais. A rivalidade econômica entre elas se transforma em rivalidade política.

Não foi possível separar política de economia, como afirmava Smith, tampouco criar uma harmonia de interesses entre as nações, pois elas tinham interesses específicos que se transformavam em rivalidade.

Fontes

LIST, Georg Friedrich. **Sistema Nacional de Economia Política**. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Os Economistas).

SMITH, Adam. **A Riqueza das Nações**: investigações sobre natureza e suas causas. São Paulo: Nova Cultural, 1985. Volume 1. (Os economistas).

SMITH, Adam. **A Riqueza das Nações**: investigações sobre natureza e suas causas. São Paulo: Nova Cultural, 1985. Volume 2. (Os economistas).

Bibliografia

DOBB, Maurice Herbert. **A Evolução do Capitalismo**. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Os Economistas).

FONTANA, J. **História**: análise do passado e projeto social. Bauru: Universidade Sagrado Coração, 1998.

HOBBSWAM, Eric J. **Da Revolução Industrial Inglesa ao Imperialismo**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.

HUNT, EK. **História do pensamento Econômico**. 7ª ed. Rio de Janeiro: Campus, 1981.

MALTHUS, Thomas Robert. **Princípios de Economia Política**: e considerações sobre sua aplicação prática. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Os Economistas)

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. São Paulo: Abril Cultural, 1984, Volume 1:2. (Os Economistas)

MILL, Jonh Stuart. **Princípios de Economia Política**: com algumas de suas aplicações á filosofia social. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Os Economistas)

OLIVEIRA, Carlos Alonso Barbosa de. **Processo de industrialização do capitalismo originário ao atrasado**. São Paulo: Editora UNESP, Campinas, UNICAMP, 2003

RICARDO, David. **Princípios de Economia Política e Tributação**. São Paulo: Abril Cultural, 1982. (Os Economistas)

SAY, Jean Baptiste. **Tratado de Economia Política**. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Os Economistas)

SINGER, Paul. **Curso de Introdução à Economia Política**. 2ed: Rio de Janeiro: Forense, 1975

STACKELBERG, Roderick. **A Alemanha de Hitler**: Origens, Interpretações, Legados. Rio de Janeiro: Imago, 2002, pp. 41-80.